

-----ATA N.º 253-----

----- Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

**1 Período da Ordem do Dia**-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Orçamento Municipal de 2019-----
- 1.3 Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental-----
- 1.4 Mapa de Pessoal-----
- 1.5 Manual de Consolidação para 2019-----
- 1.6 Participação Variável no IRS 2019-----
- 1.7 Freguesia de Cedrim e Paradela – Ratificação de Apoio-----
- 1.8 Agim – Contrato-Programa-----
- 1.9 4ª Revisão Orçamental-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dezanove minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António da Silva Portela-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Bruno Filipe Sousa Tavares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elisabete Bastos Rodrigues-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Elmano Jorge da Silva Ribeiro, que foi substituído por Elisabete Bastos Henriques e Pedro Miguel Martins Mendes que foi substituído por Bruno Filipe Sousa Tavares.-----

--- O presidente da Câmara Municipal não esteve presente por se encontrar de baixa médica.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

### -----**Ordem de trabalhos**-----

**1 Ata** – Foi apreciada a ata n.º 251, da sessão de 28 de setembro de 2018, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Ferreira, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Bruno Tavares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

### **2 Correspondência:**-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

Após contacto com a CCDRC e receção de parecer jurídico, ficou confirmado que o senhor António Portela, para além de presidir à Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Talhadas, deve fazer parte (por direito) desta Assembleia Municipal, pelo que foi para a mesma convocado. O presidente da Assembleia Municipal perguntou se o membro António Monteiro quer tomar a palavra.-----

António Monteiro interveio para fazer uma breve interpelação à mesa, dizendo que nada o movia em relação à pessoa em concreto, o senhor António Portela, mas que ficasse claro que, os pedidos de parecer à CCDR têm de ser feitos pelo senhor presidente da mesa, o que não foi o caso, tendo sido os serviços da Câmara Municipal a fazê-lo, nem sequer pelos serviços da mesa e da Assembleia Municipal. Em segundo lugar, em relação àquilo que foi a informação disponibilizada na conferência de representantes, o parecer distribuído é da CCDR do Alentejo, não é da CCDR Centro e, do ponto de vista da sustentação jurídica, não lhe parecia que resolvesse, de forma clara, a questão colocada, por isso mesmo, ficava o seu protesto pela forma como o processo tinha sido conduzido.-----

O presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para continuar a apresentação da correspondência recebida:-----

- Por motivos pessoais de força maior, José Luís da Silva e Almeida, membro desta Assembleia Municipal e líder do Grupo Municipal do PS, requereu, no passado dia 26 de novembro, a suspensão do seu mandato por um período de 364 dias, sendo substituído nesta Assembleia por Iolanda Matos e na Assembleia Intermunicipal (CIRA), pelo primeiro secretário desta Mesa, Beatriz Manuel Lourenço Soares.-----
- e-mail datado de 13 de outubro, da professora Ana Paula Calvo, dando conhecimento da qualidade da água e do ambiente da piscina municipal.-----
- e-mail datado de 16 de outubro, do presidente da Direção da Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga, José Manuel dos Santos Pereira, dando conhecimento dos recorrentes problemas com a cobertura do pavilhão gimnodesportivo daquela coletividade e da necessidade de uma intervenção urgente na mesma, por parte da autarquia, de forma a salvaguardar a estrutura do edifício e o seu piso de madeira.-----
- convite do presidente da Direção da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), Albino Almeida, para uma reunião de trabalho com os presidentes das Assembleias Municipais do distrito de Aveiro e que decorreu em Anadia, no dia 19 de outubro.-----
- convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga para a festa comemorativa do seu 58º aniversário, que teve lugar no dia 21 de outubro.-----

- no âmbito do Dia Municipal para a Igualdade, realizado no dia 24 de outubro, foi dado conhecimento, através da rede social de Sever do Vouga, do guia de comunicação inclusiva lançado pelo Secretariado Geral do Conselho da União Europeia com orientações e sugestões práticas sobre como comunicar de uma forma mais inclusiva, evitando estereótipos.-----
- convite da Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga para a inauguração da remodelação das valências de Creche e Jardim de Infância, que decorreu no dia 25 de outubro.-----
- convite da Banda União Musical Pessegueirense para o jantar convívio dos músicos que se realizou no dia 27 de outubro.-----
- convite do presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga e das severenses Edite Costa Matos (texto) e Sónia Pais (ilustração) para o lançamento do livro infantil “Rufus” que teve lugar no dia 10 de novembro.-----
- convite do Centro das Artes e do Espetáculo de Sever do Vouga para as celebrações do seu 17º aniversário, que decorreram nos dias 16 e 17 de novembro.-----
- convite da Associação Sempre Escola, de Irijó & Souto Chão, para o almoço do “IX Passeio Off Road de Sever do Vouga”, que decorreu no dia 24 de novembro.-----
- convite da Jovouga - Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Cedrim para a apresentação da sua nova peça teatral "Uma mensagem de esperança" (CAE), que teve lugar no dia 24 de novembro.-----
- convite da Associação Desportiva e Cultural de Lourizela para mais uma edição da sua “Festa da Sopa” que teve lugar no dia 24 de novembro.-----
- convite do Rotary Club de Sever do Vouga para o jantar festivo que assinalou a visita do governador distrital (Joaquim Branco) e que decorreu no dia 26 de novembro.-----
- convite do presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga e da AEVA para a celebração do 5º aniversário do VougaPark e para a inauguração do Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta que tiveram lugar no dia 30 de novembro.-----
- convite da Banda União Musical Pessegueirense para a sua “Festa da Música” que se realizou no dia 1 de dezembro.-----
- convite do Centro Recreativo e Cultural de Rocas do Vouga para o seu jantar de Natal que teve lugar no dia 8 de dezembro.-----
- convite da Severi para a estreia do seu novo projeto artístico: "O Sangue dos Inocentes- Uma drama de SeVer” que terá lugar no dia 8 de dezembro,-----
- convite da Juventude Académica Pessegueirense para a sua Festa de Natal que terá lugar no dia 14 de dezembro.-----
- convite para o Jantar de Natal dos colaboradores do Município de Sever do Vouga que terá lugar no dia 21 de dezembro.-----
- convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga para a sua ceia de Natal, que decorrerá no dia 22 de dezembro.-----
- agradecimento do Vouga Sport Clube pelo apoio concedido ao seu plano de atividades durante o ano se 2018.-----

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal passou a ler um voto de pesar, pelo falecimento do Dr. David Dias Cabral, na sequência da concordância unânime dos vários grupos municipais:-----

*“Foi com grande consternação que tomámos conhecimento do falecimento, no passado dia 01 de outubro de 2018, do Dr. David Dias Cabral, nascido na freguesia de Silva Escura. Pessoa de grande visão e conhecedor das necessidades e potencialidades do seu concelho, o Dr. David Cabral foi cofundador do Externato do Vouga em 1963, tendo sido seu diretor até 1975, o que permitiu o acesso à educação das crianças e jovens de Sever do Vouga sem que tivessem necessidade de se deslocar para fora do concelho para estudar. Foi, ainda, presidente da Lacticoop, Cooperativa Agrícola de Sanfins e, ainda, da Cooperativa de Criadores de Gado de Sever. Exerceu, ainda, funções de âmbito*

*autárquico, como presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga entre 1963 e 1974 e como membro da Assembleia Municipal de Sever do Vouga no mandato de 2009 a 2013. Assim como se envolveu na criação de várias associações culturais e recreativas do concelho, prestando-lhes apoio sem contrapartidas, revelando-se um mecenas para a sobrevivência daquelas. Todo este seu percurso no concelho e em prol das pessoas deste seu concelho pode e deve ser reconhecido por esta Assembleia, pelo que todas as bancadas da Assembleia Municipal manifestam o seu pesar pela morte de David Dias Cabral, à sua família e amigos, as mais sentidas condolências.”*-----  
Colocado à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o voto de pesar pelo falecimento de Dr. David Dias Cabral.-----

### -----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

#### 3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **Toni Pedro Ribeiro Martins** que começou por desejar, em nome da bancada do PSD, a todos os presentes, e extensivo a todos os cidadãos do concelho, votos de bom Natal e um próspero ano de 2019. Referiu que, no passado dia 29 de novembro, o Vougapark tinha celebrado o seu quinto aniversário da atividade no apoio ao tecido empresarial do concelho, em que foi inaugurado o centro local de aprendizagem da universidade aberta. Afirmou ser um importante equipamento que permitiu a requalificação de um espaço emblemático que se encontrava degradado, tendo, agora, uma importância estratégica no apoio, criação e desenvolvimento de empresas, prestação de diversos serviços e/ou na formação através da Escola Profissional de Aveiro e, agora, através da Universidade Aberta. Disse ser notória a sua contribuição para o desenvolvimento económico do concelho e que, atualmente, possui vinte e cinco empresas instaladas, salientando, ainda, o potencial de crescimento do mesmo, visto que o edifício ainda possui muito espaço disponível para que outros projetos ali se instalem. Afirmou que, por todos os motivos evidenciados, é natural que aquele equipamento mereça, por parte de todos, uma especial atenção, sendo que é essencial que o mesmo se apresente nas condições ideais de utilização. Lembrou que, na sessão da Assembleia Municipal de 28 fevereiro de 2014 e 20 de junho de 2014, o PSD tinha alertado para os problemas de infiltrações no edifício e, dado que não tinha sido facultada mais nenhuma informação sobre o assunto desde então, perguntou se os problemas de infiltração tinham sido resolvidos e, ainda, se tinha sido efetuado algum auto de receção, uma vez que o edifício tinha completado cinco anos. Ainda sobre o tema dos equipamentos, salientou a importância da manutenção e conservação dos mesmos e, até mesmo, o seu melhoramento. Nesse sentido, alertou para a existência de iluminação insuficiente no estádio municipal, sugerindo que fosse realizado um estudo e considerada a sua substituição por outra mais eficiente. Relativamente ao pavilhão existente na Escola E.B. 2.3, pediu que o executivo esclarecesse sobre o direito de propriedade do mesmo, pois na eventualidade desse ser pertença do município, poderia o executivo considerar a disponibilização do mesmo para que sejam realizadas atividades desportivas pelas diversas associações do concelho, mediante a realização de protocolos que definam, claramente, as condições de utilização, colocando aquele equipamento à disposição de toda a comunidade, impulsionando, assim, ainda mais, a prática de desporto. Disse que, recentemente, o pavilhão gimnodesportivo da ACRPV tinha sofrido inundações no piso de jogo, o que obrigou a que um jogo de hóquei oficial fosse realizado num concelho vizinho. Embora aquele equipamento não pertença ao município, o mesmo é utilizado por toda a população do concelho sempre que solicitado, aliando esse facto às modalidades únicas no concelho que ali se praticam (hóquei em patins e patinagem artística) entre outras mais comuns e perguntou ao executivo se não poderia ser estudada uma forma de entreatajuda e intercâmbio para

encontrar uma solução conjunta para o problema. Afirmou que a articulação e resolução daquelas situações iria impulsionar, ainda mais, o desenvolvimento desportivo do concelho, dado que o município de Sever do Vouga tinha sido recentemente reconhecido como Município Amigo do Desporto. Ainda sobre o tema desporto, disse que o Vouga Sport Clube tem promovido cursos gratuitos de condução preventiva, dirigidos a toda a população, na pista e que os cursos tinham particular interesse nos condutores ao serviço de IPSS, Juntas de freguesia, Bombeiros e outras entidades que executem o transporte de pessoas. Mais disse que, aquela associação tinha os meios técnicos e pessoas com competência comprovada, para o efeito, e que o curso tinha como objetivo prevenir a sinistralidade e dotar os condutores de conhecimento técnico, da forma como atuar perante situações que possam originar acidentes, dando como exemplo uma ocorrência no passado recente com uma viatura de transporte de um IPSS do concelho, onde houve a lamentar a morte de uma pessoa. Nesse sentido, perguntou qual a ação do município para apoio daquela atividade. Informou que, em 2019, será comemorado o 30º aniversário do Ralicross em Portugal e que o Vouga Sport Clube estava empenhado em negociar a organização de uma prova oficial que, com certeza, contribuirá para o desenvolvimento desportivo, cultural, turístico e económico do concelho, atendendo à sua projeção de carácter nacional e, até, internacional. Disse julgar ser necessário, também, o empenho e colaboração do município, bem como de outros órgãos autárquicos do concelho, nomeadamente as Juntas de Freguesia, baldios e outras entidades que possam contribuir positivamente no sentido de reunir as condições necessárias, para a realização do mesmo. Salientou que, dada a importância e interesse daquele evento, existem outros municípios que já mostraram a sua disponibilidade e, nesse sentido, era importante a demonstração clara e atempada de interesse por parte do município de Sever do Vouga. Continuando a sua intervenção, informou que, no passado mês de setembro, foi publicado o RASAR - Relatório Anual de Serviços de Água e Resíduos, onde Sever do Vouga tem o pior indicador da qualidade de água segura em Portugal, com 93,76%, sendo a média em Portugal de 98,72%. Afirmou que aquele facto tinha sido justificado em contexto da CIRA, pelo facto de haver zonas do concelho que ainda não são concessionadas e, por esse motivo, não têm qualquer tratamento. Referiu ser um dado muito negativo para o concelho, do ponto de vista de saúde pública, social e turístico, e que deverá ser objeto de análise profunda, por parte do município, com vista à sua rápida resolução. Assegurou existirem zonas que já se encontram sobre a concessão da AdRA em que, simplesmente, ainda não existe rede de abastecimento de água ou de saneamento (Ermida, Bouças, Lourizela, etc...), o que prejudica diretamente os residentes nessas zonas, devendo ser tomadas medidas perante a AdRA, com vista à conclusão das redes, o mais rapidamente possível. Por fim, informou associar-se inteiramente ao voto de pesar pelo falecimento do Dr. David Dias Cabral, apresentando os seus respeitosos sentimentos a toda a sua família.-- Seguidamente, foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que falou sobre um estudo, que avalia a qualidade da governação local e que coloca Sever do Vouga em tons de vermelho no mapa de desempenho, apresentado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que tem como missão promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Referiu que, nesse estudo, pode ler-se que a generalidade das câmaras opta pelo ajuste direto no momento da aquisição de bens, de obras ou de serviços, sendo uma das conclusões do estudo que alerta para o risco acrescido de favorecimento e de corrupção, sobretudo quando os sistemas de controlo externos são débeis e falta escrutínio público desses gastos e que o recurso a métodos contratuais transparentes é um dos indicadores onde a maioria das autarquias falha. Mais disse que não é apenas nesta área que há opacidade e que o expoente máximo é no escrutínio dos interesses dos eleitos. Informou que aquele estudo avalia vinte e dois indicadores, em cinco dimensões de governação local, para determinar a qualidade de gestão das autarquias: a participação dos cidadãos e a prestação de contas; a estabilidade

política; a eficácia da governação, incluindo a sustentabilidade e a qualidade dos serviços públicos; o acesso e a regulação do mercado e a prevenção da corrupção. Por fim, disse que o estudo concluiu, ainda, que cento e trinta e duas câmaras têm um desempenho bom ou superior e cento e setenta e seis apresentam um desempenho capaz ou fraco, onde se encontra Sever do Vouga.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que disse querer apresentar uma moção que vai no sentido de procurar aproximar os eleitores e os eleitos de forma a garantir mais transparência em relação ao funcionamento dos órgãos municipais e que passa por permitir e organizar a transmissão pela internet das reuniões públicas dos órgãos autárquicos em Sever do Vouga. Disse apresentar sob a forma de moção porque recomendava que isso fosse feito em relação às reuniões públicas da Câmara Municipal e, também, das reuniões públicas da Assembleia Municipal, considerando ser do interesse, de todos, perceber aquilo que se passa ali dentro, dizendo tratar-se de custos absolutamente residuais e meios que, com toda a facilidade, poderão, também, ser colocados à disposição da Assembleia Municipal para que, mesmo a partir de casa, possa passar a acompanhar o que se passa ali nas reuniões. Entregou a moção ao presidente da mesa e pediu o apoio de todas as forças partidárias ali reunidas na Assembleia Municipal para que a sua concretização e para que passe a ter, também, um espaço em que as reuniões de Câmara Municipal e Assembleia Municipal passarão a estar disponíveis para não ser apenas a ata escrita. Aproveitou o período de antes da ordem do dia para perguntar ao senhor presidente da Câmara em exercício se já existe o relatório do Ecocentro e dizer que, a propósito da questão da AdRA na Assembleia da CIRA, tinha tido a oportunidade de, na Assembleia da República, voltar a instar o governo relativamente à conclusão da obra da ETAR de Sóligo. Por fim, disse associar-se ao voto de pesar que foi apresentado inicialmente pelo PSD, e dizer que contava com o apoio de todas as bancadas em relação à moção apresentada.-----

A intervenção seguinte foi a de **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva**. Dirigindo-se ao Vice-presidente da Câmara Municipal, disse que, na última sessão da Assembleia, tinha manifestado as suas preocupações relativamente ao equipamento da piscina municipal e que tinha solicitado a disponibilização dos relatórios sanitários, da delegação de saúde, da amostra da água, ou mesmo, dos serviços municipais, os que foram elaborados e entregues no último ano. Disse continuar a manifestar as suas preocupações enquanto munícipe e enquanto mãe, pois, de certeza que não era a única com filhos a frequentar aquele equipamento, sabendo que o seu filho não tinha aulas de natação há duas semanas porque, mais uma vez, tinha havido uma avaria em componentes da piscina. Afirmou ter aumentada a sua preocupação ao tomar conhecimento de uma comunicação remetida a todos os vereadores e, inclusivamente, à mesa da Assembleia Municipal, a relatar o mau estado da piscina, principalmente da manutenção que estava a ser feita, e, das condições de uso da piscina. Disse saber, ainda, que no interior há necessidade premente de obras e obras profundas, rombos no teto da piscina onde algumas placas caíram, por sorte, numa altura em que não havia utentes, portas no balneário inexistentes ou já com aspeto podre, água de duche a temperaturas inoportáveis, choques térmicos em zonas distintas da piscina, falta de controlo ao fato de banho a usar na piscina, tudo situações que lhe deixavam muito apreensiva. Disse estar a falar de um equipamento que tem que estar irrepreensível, por lidar com a saúde pública. Referiu ser um equipamento que, desde a sua construção, não teve qualquer manutenção digna, com os mesmos componentes desde a data da sua abertura ao público e que tem havido remendos que, com o passar do tempo, nada resolvem e acabam por se degradar como os restantes. Afirmou não poderem continuar a ignorar aquele facto e a empurrar com a barriga para a frente, sendo altura de pensar melhor na aplicação do dinheiro público, quais são realmente as obras necessárias e prioritárias, havendo equipamentos que podem, com certeza, esperar mais algum tempo, pois outros degradam-se a olhos vistos e colocam em causa a saúde pública.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** para poder responder às questões colocadas. Começando pelo Vougapark, informou não existirem muitos espaços disponíveis, havendo uma área que tem interessados e que estavam a ser analisadas propostas para, eventualmente, avançar com uma delas. Quanto ao problema das infiltrações, disse haver casos que não estavam resolvidos, e aproveitou para informar que a obra do Vougapark tinha tido três concursos, o primeiro, que foi a obra no seu todo, que não estava rececionada ainda, sendo que parte das infiltrações vinham dessa obra; teve um segundo concurso à parte, o AVAC que estava concluída e sem defeitos; e houve uma terceira empreitada que também não estava rececionada, essa, sim, era onde se notavam as infiltrações, portanto, estavam a tratar disso com a empresa, estando a ser analisada a necessidade de uma intervenção judicial, mas que, enquanto os problemas não estivessem resolvidos, a obra não estaria rececionada. Sobre o estádio municipal, informou que esse estudo estava feito e que a intenção do executivo era de reforçar a instalação daquele equipamento, sendo algo que estava pensado, mas que é um esforço financeiro apreciável, sendo feito a seu tempo. Sobre o pavilhão do Agrupamento de Escolas, disse que iria enviar ao presidente da Assembleia Municipal o protocolo vigente que esclarece as dúvidas apresentadas. Quanto ao pavilhão da Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga, informou terem reunido, mais do que uma vez, e que estava assente que o município irá apoiar a associação, sendo necessário estudar os termos do protocolo a celebrar. Mais informou que os serviços técnicos do município já tinham feito o levantamento das necessidades, sendo que as partes iriam arranjar uma solução para resolver o problema. Sobre o Vouga Sport Clube, o Vice-presidente da Câmara Municipal afirmou que o município tem apoiado aquela entidade desde o início. Quanto ao relatório de águas e resíduos, informou que o nível de Sever do Vouga já tinha subido em relação ao anterior e que estava à vista de toda a gente. Em termos de população, mais de metade do concelho ainda não é servido pela AdRA, sendo que, em Talhadas é só parte, a Freguesia de Cedrim e Paradela ainda não é, Rocas e Couto de Esteves ainda não, e havia uma franja de Sever do Vouga e Silva Escura. Disse ser evidente que é uma preocupação do executivo e que os resultados tinham de ser interpretados com cuidado, uma vez que os fontanários tinham de estar a funcionar nas zonas que não são servidas pelo abastecimento público e que, depois de uma chuvada, onde há arrastamento de terras, é evidente que a análise de água irá apresentar aquele resultado. Afirmou exercerem constante pressão sobre a AdRA para investir no concelho e para continuar. Sobre a ETAR, disse tratar-se da mesma coisa, sendo que o membro António Monteiro tinha informação privilegiada, porque tinha tido o privilégio, dentro da função que desempenha, de questionar o próprio Secretário de Estado que confirmou aquele estado das coisas. Dirigindo-se ao membro Sérgio Soares, disse ter lido o estudo de Fundação Francisco Manuel dos Santos e que respeitava o mesmo, sendo que, depois de tudo publicado, tinha estado presente em duas reuniões onde estavam autarcas responsáveis por vários municípios, e que, numa reunião da Adrimag todos tinham ficado espantados como é que se dava ênfase àquelas coisas, pois eram feitas por quem não conhece a realidade, porque, se fossem ao cerne da questão, Sever do Vouga estava à vontade, porque todos os procedimentos que carecem do procedimento administrativo correto eram adotados. Afirmou que o estudo devia ser interpretado de forma hábil para não serem tiradas conclusões inapropriadas. Sobre o relatório do Ecocentro, informou ter voltado a solicitar o mesmo e que, mal fosse elaborado, seria presente. Reportando-se à intervenção de Diana Paiva, sobre o equipamento da piscina, informou que uma bomba exterior teria atingido o seu limite e tinha sido muito complicada a sua remoção e limpeza, sendo necessário realizar um procedimento para a sua substituição. Sobre a qualidade da água, pediu ao Diretor de Departamento que tomasse nota para enviar ao presidente da Assembleia Municipal o relatório da qualidade da água, que tem vindo sempre positivo. Sobre o resto das obras necessárias, informou estar a ser preparada uma candidatura para a realização de grande parte das mesmas, por tratarem-se de valores muito avultados.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço** que perguntou sobre a manutenção e situação das infraestruturas rodoviárias, mas com foco em três situações concretas:-----

1) Na freguesia de Silva Escura, a recém batizada Rua da Costa Má foi pavimentada, há não muito tempo, obra que foi só mesmo betuminoso, pois não devia existir nenhuma retro, ou giratória disponível para alargar a via. Disse ser um dos problemas daquela rua, mas que o pior era sobre o rio Mau: a ponte existente não tem resguardos laterais, nem sinalização, tal como, largura e limite de peso, além disso, o pilar da margem norte mostra-se degradado e, embora não sendo técnico, achou estranho ver água a passar por baixo da parede lateral, situação idêntica que não se verifica no pilar da outra margem. Perguntou se o executivo podia garantir a segurança de quem por lá passa, dizendo que aquela ponte fica no PR de acesso à Cabreia e ao Braçal e junto a uma unidade hoteleira.-----

2) Perguntou se a ponte Abade Dias Santiago, que tem sido vítima de inúmeros acidentes de viação, não mereceria uma verificação técnica. Mais perguntou se a mesma já teria sido feita alguma vez, para assegurar que a sua estrutura se encontra em plenas condições.-----

3) Perguntou se a E.N. 16, que faz a ligação de Sever do Vouga a Albergaria-a-Velha, principal via rodoviária de ligação ao concelho, que irá ser alvo de obra, tinha um plano para verificar a sua robustez nos muros, taludes e aquedutos, assim como os taludes na estrada que liga a Mouta à Cerqueira, a qual já apresenta abatimento junto à ponte.----- Disse existirem outros casos, noutros locais, que, também, devem merecer atenção do executivo e que alguns já tinham sido referidos em assembleias anteriores, como é o caso de Zevedinho.-----

Por fim, perguntou se o executivo podia garantir que os severenses, e os demais, podem circular com toda a segurança.-----

A próxima intervenção foi a de **Bruno Filipe Sousa Tavares** que alertou, mais uma vez, para o perigo eminente em que se encontra a estrada que liga as Talhadas à Macida, com má sinalização vertical e horizontal, piso degradado e falta de rails de proteção, sublinhando o vereador do CDS já tinha comunicado esse facto em reunião de Câmara. Foi dito, em reunião de Câmara, que o problema iria ser resolvido, mas continua tudo na mesma, exigindo uma rápida resolução daquele problema, pois não querem, em Sever do Vouga, uma tragédia semelhante à de Borba.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Patrícia Sofia Martins Santos** que começou por referir que, na Assembleia Municipal de 29 de junho, do presente ano, fizeram-se aprovar os protocolos de atribuição de subsídios às diversas associações que existem no concelho, conhecendo todos a importância que aquelas assumem, nos dias que correm, na preservação da cultura local e na dinamização da própria população, nas suas mais variadas vertentes. Disse ser incompreensível o facto de as verbas, ali aprovadas há cerca de meio ano atrás, carecerem de celeridade na sua atribuição, uma vez que várias associações ainda não receberam a verba, e nem sabem quando a vão receber. Perguntou como podem as associações promover eventos de excelência sem verbas e como podem apoiar os seus atletas, promovê-los e elevá-los a outro patamar no âmbito desportivo, sem receber as verbas atempadamente. Disse ser certo e sabido que muitas das associações dependem do dinheiro dos seus associados de forma a gerir as suas contas e sobreviver. Disse verificar-se uma disparidade entre as diversas associações, o que leva a bancada do PSD a interrogar-se se haverá dualidade de critérios na atribuição de verbas às diferentes associações. Disse esperar que a disparidade e a demora na atribuição de verbas se deva apenas a um período menos eficiente por parte da autarquia. Afirmou não bastar receber galardões, sendo necessário responsabilidade de forma a promover mais, e melhor, o desporto no concelho, sobretudo apoiar atletas que têm de ir buscar apoios a outros municípios, porque o nosso não os apoia devidamente. Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, apesar da alegria sentida na Assembleia passada, dois meses se passaram e continua aquele conselho sem estar ativo e, na análise do orçamento para 2019, no ponto 1.10 da Introdução ao Orçamento, se lê: *“Em 2019, concluiremos o processo de*

*constituição de uma Assembleia de Jovens, com a elaboração do regulamento, a sua constituição e a organização de sessões, com a participação de jovens, como de um órgão deliberativo se tratasse, por forma a motivar e aproximar os jovens a uma participação cívica e política”.* Afirmou que, das duas uma, ou aquele parágrafo foi copiado do orçamento de 2018, e houve um grande equívoco, ou, então, o Conselho Municipal da Juventude será algo que não passará do papel, porque o Conselho Municipal da Juventude é uma Assembleia de Jovens e já tem o regulamento aprovado, portanto, aquele parágrafo refere-se a quê em concreto? Mais perguntou para quando seria a primeira sessão daquele conselho. Em relação à saúde, disse ser mais uma batalha que a bancada do PSD tem vindo a assumir e que, há um ano, a população viu-se privada de um dos serviços públicos mais importantes para a dignidade humana e que, neste ano, muito se falou e pouco se fez. Afirmou que a bancada do PSD teme que, a falta temporária de médicos seja definitiva, pois não se vê qualquer resolução ou preocupação. Uma vez que o concelho está munido de IPSS, a autarquia poderia estabelecer protocolos de forma a Sever do Vouga ter um gabinete de enfermagem noturno, por exemplo, ou, quem sabe, um protocolo com um médico que se disponibilizasse a prestar serviços de urgência no concelho. Referiu o facto de que não era possível efetuar as limpezas à volta do Centro de Saúde, pois não competia ao município, mas que elas tinham sido feitas, tendo havido brio e perguntou se não haveria brio em ter uma população rica de serviços de saúde. Citou uma das promessas eleitorais feitas em setembro de 2017: *“Vamos defender junto das entidades superiores a continuidade das Unidades de Saúde existentes nas freguesias e fazer pressão para que as mesmas e o Centro de Saúde melhorem as condições dos serviços, sendo reforçados recursos humanos (médicos, enfermeiros, administrativos e auxiliares).”* Perguntou onde estava a defesa da população e a pressão junto das entidades superiores e, ainda, a delegação de competências referidas na assembleia passada. Por fim, afirmou que o povo de Sever do Vouga, merece mais, muito mais.-----

A intervenção seguinte foi a de **Ana Maria Tavares Mendes** que iniciou a sua intervenção deixando uma palavra de especial apreço para a grande perda da querida Helena Ramos, sendo, também, ela uma fervorosa filha da terra, merece que a recordem com o mesmo carinho com que sempre levou o concelho no coração e que a melhor forma de o fazer era seguir-lhe o exemplo, fazer sempre mais e melhor. Decorrido que está um ano de mandato, felicitou o executivo, e a assembleia, pelo trabalho desenvolvido independentemente da divergência de opiniões ou das perspetivas do rumo, todos tinham seguido o mesmo norte “trabalhar no sentido de melhorar, desenvolver e projetar o concelho de Sever do Vouga” e por essa razão, enquanto severense, deixou a todos o seu muito obrigada. Afirmou que o executivo tem feito o seu caminho, e que, na sua modesta opinião, de forma muito positiva, pois admiram pela sua presença assídua e contínua em tudo o que são projetos e candidaturas, sabendo, como poucos, aproveitar e valorizar os excelentes recursos endógenos e valorizar e sobrelevar as maiores potencialidades do concelho. Isso, sem descorar, e procurando sempre rentabilizar, todas as oportunidades e desafios que são lançados ou que, de forma arreigada, sabem conquistar. Afirmou que, desde a última assembleia, tiveram diversos e louváveis momentos de glória no concelho que importa vincar, sublinhando, com particular destaque, o 17º aniversário do Centro das Artes e do Espectáculo, que tem feito um trabalho fantástico na divulgação e disseminação da cultura pelos severenses, entre miúdos e graúdos todos são convidados a assistir a espetáculos que, em nada deixam Sever do Vouga ficar aquém dos grandes centros urbanos. Aquele evento tão emblemático, foi assinalado com particular apreço a atenção e envolvimento dos severenses. Disse nunca ter partilhado do ensinamento do povo de que os *“santos da terra não fazem milagres”*, mas, ao contrário, acredita que os santos da terra são e serão sempre os mais preciosos, pois tudo o que fazem, sentem - fazem-no com alma, amor e dedicação. Deixou, no entanto, um desafio ao executivo: fazer chegar alguns daqueles espetáculos às freguesias, pois muitas pessoas, sobretudo de mais idade, não vêm a Sever do Vouga ver um espetáculo, mas, seguramente iriam a um lugar predefinido da

freguesia num domingo à tarde. Disse saber que as condições não serão as do Centro das Artes e que nem todos os espetáculos serão exequíveis, mas que alguns serão, e, fazendo apenas um espetáculo, num domingo de cada mês, em cada uma das freguesias, seguramente que os severenses sairiam de alma enriquecida. Outro momento de glória que disse não poder deixar de referir é o aniversário do Vougapark, pois, de facto, o Vougapark foi um projeto muito arrojado para o concelho, seguramente muito contestado pelos “velhos do restelo” mas que é, hoje, sem dúvida, um marco e um motivo de orgulho para todos. Afirmou que todos aqueles que olharam para aquele projeto com potencial, decidiram arriscar e fizeram-no crescer até atingir a maturidade atual, merecem o verdadeiro reconhecimento, sendo que, atualmente, o Vougapark dispensa apresentações, assumindo-se como um polo de inovação e vanguarda na área das tecnologias - tem vinte e cinco projetos, que incluem uma escola profissional, uma clínica, e pasme-se, uma universidade. De facto, ter ensino profissional em Sever do Vouga era motivo de orgulho, mas ter ensino superior é motivo de vanglória para todos os severenses. Naquele nicho existem cento e cinquenta postos de trabalho e um volume de negócio que excede os seis milhões de euros anuais. No âmbito do programa start-up Visa do IAPMEI, o Vougapark tem recebido contactos de empresas sediadas no Irão, Brasil e outros países, para se incubarem em Sever do Vouga. Disse não haver forma de desconsiderar, sendo severenses, ou não, gostando, ou não, do executivo, aquela, como tantas outras, é uma oposta ganha, cabendo, por isso, endereçar um sentido agradecimento a quem sempre acreditou e lutou por aquele projeto. Disse importar deixá-lo navegar e fazê-lo crescer, eventualmente, com ponderação e equilíbrio, expandir a área de acolhimento para permitir que mais empresas e projetos possam encontrar ali o seu início de vida, até terem suporte suficiente para alavancar, e, felizmente, são já algumas as empresas que por ali deram os seus primeiros passos e hoje são uma referência. A par disso, continuam a ser concedidos subsídios que permitem assegurar um nível de vida mais confortável a todos os severenses, e que fundamentam a atribuição, pelo terceiro ano consecutivo, do reconhecimento de Município de Sever do Vouga como concelho familiarmente responsável. Isto, sem descorar as demais intervenções necessárias para garantir qualidade de vida a todos. Disse concordar que nem tudo é um mar de rosas, mas que a vida é um desafio constante e, por isso, nada está feito, pois o caminho faz-se caminhando. E, sabendo que existem vários projetos, também eles importantes, em fase embrionária, importa criar as condições propícias para que nasçam consistentes e se desenvolvam. Disse ter sido essa a missão que os severenses confiaram a todos e, por isso, esperava que, embora com entendimentos diversos e propostas de soluções alternativas, saibam sempre decidir, olhando, apenas e tão só, para o superior interesse do concelho. Por fim, aproveitou para desejar a todos um ótimo Natal e um ano de 2019 pleno de realizações pessoais e profissionais, na expectativa de que ao longo do próximo ano possam ver o concelho mais rico, mais encantador e, se possível ainda mais solidário e humano.-----

**O Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para responder às questões colocadas e, começando pela Rua da Costa, disse ser uma preocupação sua e, quanto ao tapete, a obra ainda não estava rececionada, portanto, qualquer defeito que tenha, o empreiteiro será obrigado e será convidado primeiramente a reparar esses defeitos. Informou que a ponte já tinha sido vistoriada, mas que, às tantas, iria precisar de uma vistoria por parte de técnicos mais capacitados, sendo que a mesma iria ser fornecida, efetivamente, com um limite de tonelagem e umas guardas. Sobre a ponte do Abade de Santiago, informou ter solicitado aos serviços um relatório e que tinha manifestado à engenheira Ângela, da Estradas de Aveiro, numa reunião que teve com ela, essa preocupação transmitida por algumas pessoas e que ela informou ter sido feita uma vistoria e enviada para o município. Disse ter perguntado aos serviços e ninguém o terá recebido, de maneira que iria pedir à Infraestruturas de Portugal que enviassem desse relatório uma cópia que, às tantas, foi feito por uma equipa da sede e pode estar em Lisboa, mas ela garantiu que essa vistoria foi feita e que não há motivo nenhum para alarme. Sobre a E.N.

16, disse haver um projeto cuja candidatura foi aprovada, que é multidisciplinar, cuja ação passa pela intervenção no arvoredo, designadamente ao nível da eliminação das plantas e árvores infestantes e, nessa altura, pode fazer-se uma vistoria aos taludes, aos muros, àqueles combros todos, e está em curso o procedimento para essa obra. Quanto a muros que caem, enquanto a estrada tiver de suportar o trânsito daqueles veículos brutais que ali passam diariamente, às vezes há muritos que caem e rapidamente é repostos na área de jurisdição do município, porque na área de jurisdição dos outros municípios, não se vê nada a fazer. Quanto à ponte, disse poder circular-se em segurança, acrescentando que, a reunião com a IP tinha sido sobre aquela ponte atualmente cortada ao trânsito em Carrzedo, onde irá ser realizada uma vistoria técnica e o município irá solicitar que eles desloquem ao local uma equipa técnica para darem, também, uma vistoria a pontes que, não sendo deles, no espírito de colaboração entre a administração central e local, eles possam ajudar nisso, também, porque eles têm técnicos específicos para fazer esse trabalho. Sobre a estrada que liga Talhadas à Macida, informou que tinha sido aplicada alguma sinalização na mesma, enquanto não se pode intervir, pois existe ali uma zona que, às tantas, justifica uns rails e, essencialmente, justificava ali uma pintura, porque, em alturas de nevoeiro não se sabe onde acaba o asfalto e começa o precipício, mas, se pudessemos, também gostaríamos de poder colocar lá um piso novo. Sobre os subsídios às associações, pediu que informasse quem é que se queixa de não ter recebido, porque a informação que tinha era de que, quem assinou os protocolos recebeu e quem não assinou não pode receber. Quanto ao critério de atribuição, disse existir um regulamento e que os subsídios eram atribuídos em obediência ao mesmo, sendo sempre discutível. Mais disse não haver um benefício deliberado em detrimento de ninguém. Disse conhecer outros municípios da CIRA que apoiam as associações muito menos do que Sever do Vouga e têm muito mais por onde apoiar financeiramente. Sobre o regulamento do Conselho Municipal da Juventude, informou que o mesmo estava para publicação no Diário da República e que, mal entre em vigor, nos termos legais, será convocada a primeira reunião para a elaboração do regimento. Mais disse que o Conselho Municipal da Juventude, não tem nada a ver com a Assembleia Municipal de Jovens, pois o Conselho Municipal da Juventude é um órgão que, obrigatoriamente, tem de existir e a Assembleia Municipal de Jovens, não. Sobre o serviço de atendimento complementar, disse não haver qualquer preocupação e que compreendia estas intervenções e informou que o executivo contacta o ministério, a ARS Centro, o diretor do Centro de Saúde, quase em permanência, com a preocupação e que tem informação de que foram contratados dois médicos, que já estão a serviço, e que existe a promessa de que os dois médicos vão articular, juntamente com o diretor do Centro de Saúde, os horários, para ver se é possível repor o atendimento complementar. Quanto aos protocolos com as IPSS, afirmou que Sever do Vouga é dos municípios que, à sua volta, mais protocolos tem com as IPSS, mas que não poderia garantir a celebração de um protocolo, a nível individual, com um médico para prestar esse serviço, porque essa tentativa já tinha sido feita, por parte do Ministério da Saúde, e não tinha sido conseguido. Disse não aceitar que digam que o executivo não se preocupa, pois preocupa-se e quer uma solução para o problema. Por fim, agradeceu a referência feita por Ana Mendes e disse registar a ideia de fazer chegar espetáculos às freguesias.-----  
O presidente da Assembleia Municipal colocou a seguinte moção apresentada pelo CDS à votação:-----

- “Considerando que:-----
- a) *Na necessidade de aproximar os eleitores e os eleitos e uma maior transparência da gestão autárquica, a bacada do CDS acha que é hora de facilitar o acesso dos cidadãos de Sever do Vouga aos órgãos deliberativos e executivos do poder local, independentemente de os cidadãos poderem assistir presencialmente a estas sessões. Os órgãos eleitos, recorrendo às facilidades proporcionadas pela tecnologia da informação podem, facilmente, transmitir em direto as suas sessões públicas.-----*

- b) *Os proponentes estão convictos que a possibilidade de transmissão, na internet, das reuniões públicas da autarquia de Sever do Vouga será acolhida tanto pelas diferentes forças representadas na Assembleia, como pela Câmara Municipal de Sever do Vouga.*-----
- c) *A divulgação em direto e a existência de um repositório com os ficheiros áudio e vídeo das reuniões será um importante contributo para a democracia local no concelho de Sever do Vouga.*-----

*A Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera recomendar à Câmara Municipal:----*

- 1) Que transmita as suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessíveis a todos os severenses, utilizando, para isso, os meios técnicos do município;*-----
- 2) Disponibilizar, para consulta, a qualquer cidadão o áudio e vídeo registados durante as suas sessões, no sítio web do município;*-----
- 3) Que as reuniões públicas da Câmara Municipal de Sever do Vouga sejam, também, transmitidas em direto, via internet, nos formatos vídeo e áudio e que seja criado um repositório das sessões no sítio do município;*-----
- 4) Que esses meios técnicos sejam colocados à disposição da Assembleia Municipal, para que as suas reuniões sejam transmitidas, igualmente, em direto e que se passe a ter um repositório consultável pelos municípios.*-----

Toni Martins interveio para dizer que, a bancada do PSD, em nome da transparência, em nome do dever e do direito à informação que os cidadãos têm, iria apoiar aquela moção.----  
A moção foi aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes.-----

#### **----- 4 – Ordem do Dia -----**

Antes da apreciação do primeiro ponto da Ordem do Dia, o presidente da Assembleia Municipal informou que, em conferência de líderes, tinham entendido que o 1.3 Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental, que está para conhecimento, deve ser alterado para apreciação e decisão, uma vez que algumas questões precisam da aprovação da Assembleia Municipal. Assim, colocou à votação dos membros para saber se a Assembleia Municipal autoriza a alteração da ordem de trabalhos naquele ponto, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes.-----

**1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara:** - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Cristina Dias Coutinho** que começou por dar os parabéns ao executivo pelo esforço na elaboração da “Comunicação Escrita do Senhor Presidente da Câmara à Assembleia Municipal”, verificando-se uma maior clarificação da informação. Afirmou que, no ponto das Obras Públicas, a informação apresentada é bastante mais completa, indo ao encontro do pretendido e imensas vezes solicitado pela sua bancada. No entanto, disse continuar a faltar a informação acerca dos embargos e autos de suspensão, sabendo existir, porque já foi falado em assembleia, e em reuniões de câmara, mas que nunca veio mencionado na informação escrita. Disse que, ao ler a informação escrita, no que toca às obras e à informação financeira, fica bastante preocupada, porque nota que a maior parte das obras apresenta uma taxa de execução bastante inferior à desejada, nomeadamente no Centro Escolar de Sever do Vouga, cuja execução é de 39,87 % e o fim da obra é em 25 de agosto de 2019, perguntando qual a razão daquele atraso e quais as consequências para o município, quais os responsáveis e respetivas penalizações; da Qualificação do Espaço Público – 1ª fase, já questionado na última assembleia e, segundo o mapa apresentado, a obra teria terminado em 26 de novembro de 2018, mas ainda não se encontra executada, perguntando o que é que tinha acontecido; a Travessa da Variante de Cedrim, o alargamento e pavimentação, com uma execução baixíssima e com um prazo de fim de obra em janeiro de 2019; o arrelvamento sintético do polidesportivo de Paradela do Vouga, a vinte dias do fim da obra e uma execução a zero; a reparação de pequenos troços e largos – III; o muro em Pontizela; o

Infantário de Pessegueiro do Vouga – Coberto (o inverno a chegar e uma obra como aquela, com uma execução a zero, é de lamentar). Perguntou o que se passa e qual a justificação para todos aqueles atrasos, assim como, de quem é a responsabilidade e quais serão as consequências. Consequentemente, a execução financeira fica abaixo das previsões, porque é o “*deixa andar*”, é o “*empurrar com a barriga*”, mas os Severenses merecem mais, merecem muito mais. Confessou-se preocupada com a falta de estratégia para o município e que, naquele documento, falam em poupança, evidenciando a capacidade de poupança ao longo dos últimos meses, ao que perguntou como não haver poupança se não há investimento, se prometem e não cumprem? Disse verificar uma falta de investimento tremenda, prova disso é a não realização de projetos previstos que, ano após ano, aparecem no orçamento, mas não saem do papel. Afirmou que o concelho não pode continuar a trabalhar em cima dos joelhos e a remar ao sabor do vento, os Severenses merecem mais e melhor, merecem mais empenho e melhores resultados e só não está pior graças aos funcionários do município que têm sido incansáveis no bom desempenho do seu trabalho.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que salientou um ponto positivo, que é a informação efetiva da execução das obras municipais, pois a Câmara tinha a obrigação de prestar essa informação e, embora não significa que tenha sido dada toda aquela que é necessário dar, pelo menos, já é possível ter alguma informação sobre o modo de como está a decorrer a execução orçamental, ou seja, a execução do mandato que a Câmara Municipal tem para governar Sever do Vouga ao longo do ano. Disse ter vontade, às vezes, de dizer que existem algumas semelhanças entre a Câmara e o governo do país, pois, no governo do país, é aprovado um orçamento que, para ter o voto favorável das esquerdas, tem lá umas verbas, depois chega o ministro das finanças e diz “cativa” e não há investimento público e o orçamento do Município de Sever do Vouga padece de um mal semelhante, que é, tem verba para tudo, é certo são só cinco euros, não conseguem fazer aquilo que são as obras a que se propõe, mas depois, na realidade, quando se olha para a execução, percebe-se que algo não está a correr bem, pois o projeto mais emblemático, o centro do mandato, o centro daquilo que são as opções políticas da Câmara, que é o Centro Escolar, está com um atraso de quase 60%. Disse ser realmente preocupante, é que, ao longo do presente ano, aquilo que aquele número revela, é que a Câmara nem metade do que se propôs fazer no Centro Escolar conseguiu fazer, sendo claro que há uma justificação, que é a culpa é da Administração Central, das verbas do Portugal 2020 e as cativações e as dificuldades que existem na disponibilização de verbas pela Administração Central é imputável exatamente à mesma sigla pela qual o senhor presidente da Câmara Municipal concorreu à Câmara. Portanto, a obrigação que têm acrescida porque representam Sever do Vouga perante a Administração Central é bater o pé ao seu próprio partido, é reivindicar que essas mesmas verbas porque, não é compreensível aquele atraso, mas não é o único problema, é que, depois, para aquilo que são as outras empreitadas, disse ficar preocupado, admitindo que seja execução financeira, e esperando que na execução física alguma coisa tenha avançado mas, se calhar, o senhor vereador das obras, se acrescentasse informação da execução física, podiam estar todos mais tranquilos. Perguntou como não ficar preocupado com a informação relativamente àquilo que é o exercício do atual mandato, uma vez que, analisando o orçamento permite a possibilidade de ir buscar informação, sendo óbvio que é o ponto de partida para avaliar aquilo que se propõem fazer para o próximo ano e o ponto de partida e, francamente, é mau. Afirmou que, aquilo que é possível ver na execução orçamental da despesa, é que existe uma execução, em matéria de despesa de capital, de apenas 36%, é um terço, dizendo que o executivo tinha feito um terço do que se propuseram a fazer. Disse tratar-se de incapacidade de fazer, sendo óbvio que, não é possível deixarem de ficar preocupados. Mais disse continuarem sem ter informação sobre prazos de pagamento, percebendo porque razão essa informação desapareceu ao longo do ano passado, que é porque o prazo de pagamento aumentou no ano passado. Sugeriu, ao senhor presidente em exercício, até

para a tranquilidade de todos e para que a exigência se mantenha, que, apesar de as coisas não terem corrido bem durante um período de tempo, mantenha essa informação na informação escrita, até porque, se conseguissem recuperar o que estava a correr mal, poderiam estar a dar os parabéns, e ia dar, na mesma, os parabéns por terem melhorado o prazo de pagamento.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** para informar que não tinha havido qualquer embargo e tinham sido elaborados autos de suspensão, para duas obras, uma já rececionada definitivamente, que foi a Acimada. Sobre a taxa de execução do Centro Escolar, afirmou que, efetivamente, não havia Assembleia nenhuma em que não fosse dito, com toda a transparência, qual o ponto de situação, informando que a está efetivamente atrasada, não havendo nada que esconder, sendo que o executivo municipal nunca o escondeu. Mais informou que o atraso nada tinha a ver com a falta de transferência de verbas, o que já tinha sido ali informado, sendo que a Câmara Municipal reservou verbas para pagar, não tendo nada a ver com o Portugal 2020 e não sendo do ministério, nem do governo, nem do Portugal 2020 a culpa do atraso. Afirmou ser, precisamente, por uma questão do empreiteiro, que tem, por exemplo, cerca de vinte e cinco homens na obra e devia ter o dobro e, ainda, pelo facto de ter contratado um subempreiteiro que insolveu. Disse haver uma dificuldade das grandes empresas em cumprir prazos e os municípios vizinhos vão transitar todos com um saldo de gerência elevado, que não queriam, porque as obras não andam, pois, os empreiteiros não as executam. Ainda sobre o Centro Escolar, o Vice-presidente da Câmara Municipal informou que nenhuma das partes interessadas sentiu a necessidade de mexer no cronograma, essencialmente quanto à execução final, porque entendem que o atraso é recuperável e, se começar, já no início do ano, a entrar os equipamentos, de AVAC, ar condicionado, e de eletricidade, a taxa de execução irá aumentar. Afirmou serem preços elevados e que são autos de medição avultadíssimos, sendo que, o auto de medição de novembro foi o maior auto desde o início, e está a recuperar. Mais disse ser uma situação que os preocupa e que ainda não chegaram ao ponto, como sugeriu Paula Coutinho, de ser necessário aplicar sanções. Sobre a obra de Qualificação do Espaço Público - 1ª Fase, que estava com 59% de taxa de execução em 8 de novembro de 2018, informou que, atualmente, a obra está concluída, apenas não está entregue formalmente porque faltam as pinturas e não se permitiu ao empreiteiro que pintasse com mau tempo. Sobre a travessa da variante de Cedrim, informou ter mais execução, e que está em termos de cumprir o prazo de execução, porque houve necessidade de intervir num muro, e a pavimentação irá aguardar pela conclusão do muro. Sobre o arrelvamento sintético, do ringue de Paradela, informou que, embora a taxa execução seja de zero, a obra está pronta. Sobre as Escarpas do Gresso, informou terem sido concluídas naquela semana. Disse esperar que, com as explicações verbais dadas, por si, sejam suficientes.-----

Seguidamente, interveio **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que disse serem fundamentais as explicações, apresentadas pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal acompanhar o trabalho da Câmara Municipal e poder exercer as suas competências de fiscalização e que a preocupação que há pouco transmitiu se mantinha, tanto mais que, é na informação escrita que é dito que as coisas não estão a correr bem e que só estão com 36% de execução. Pediu que não fossem retiradas da informação escrita aquelas empreitadas, mesmo que estejam concluídas fisicamente e financeiramente, antes da próxima reunião da Assembleia Municipal, porque é através desse acompanhamento evolutivo que a Assembleia Municipal poderá fiscalizar o trabalho que é feito, pois, mesmo quando as coisas, em determinada altura, não estão a correr bem, é preferível que a Assembleia Municipal saiba e até compreenda as razões pelas quais não está a correr bem, do que se omitir essa informação.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** interveio apenas para reforçar que nada é omitido deliberadamente.-----

**1.2 Orçamento Municipal de 2019:** - O Vice-presidente da Câmara Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Ana Cristina da Silva Tavares** que começou por dizer que, mais uma vez, a lei relativamente ao orçamento municipal não tinha sido cumprida, tendo sido violado o estatuto da oposição no que respeita a alínea u) do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, que menciona que cabe ao presidente da Câmara Municipal promover o estatuto do direito à oposição no respetivo relatório de avaliação, relatório esse que não foi entregue aos membros da Assembleia Municipal. Afirmou que, para agravar a situação, até ao momento, não foi convocada uma única reunião do Conselho Municipal da Juventude, conselho esse que deve emitir um parecer relativamente ao orçamento municipal e que, para piorar a situação, o executivo teve a desfaçatez de propor, no orçamento, a criação de uma assembleia de jovens. Em resumo, existe um órgão consultivo que, legalmente, deve ser consultado e que deve reunir e tal não acontece, sendo, portanto, incompreensível a criação daquela assembleia de jovens, não sendo perceptível qual a mais valia da mesma para o município. Continuou a sua intervenção chamando a atenção para o tema dos transportes escolares, dizendo que, atualmente, o ensino obrigatório, em Portugal, é até ao 12º ano e é um dever do estado e das autarquias suportar os custos com o sistema público de ensino e, sabendo que as despesas com os transportes escolares é um custo importante para as famílias severenses, e tendo sido aprovada uma moção na reunião da Assembleia Municipal de 27 de abril, moção essa que recomenda à Câmara Municipal para proceder à revisão do plano de transportes de modo a garantir a gratuidade do serviço dos transportes escolares e que sejam contemplados todos os alunos que se encontrem a frequentar a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, disse que, olhando para aquele orçamento, percebia-se que essa deliberação não tinha sido tida em conta. Afirmou que o executivo, que tanto apregoa a aposta no social, voltava a deixar de fora do orçamento as famílias severenses com filhos a frequentar o ensino secundário.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Paula Cristina Dias Coutinho** que disse ter verificado, ao analisar os documentos apresentados, que se trata de um documento muito semelhante ao apresentado no ano transato, quer textualmente, quer em termos de obras propostas e que, na verdade, a maior parte das obras orçamentadas naquele documento, já vêm de anos transatos. Disse continuar a faltar documentos: o parecer do Conselho Municipal da Juventude e o orçamento das entidades nas quais o município tem posição dominante, como é o caso da Agim. Disse saber que o senhor Vice-presidente da Câmara Municipal iria dizer que o Conselho Municipal da Juventude ainda não estava instalado, mas perguntou, como é que é possível que, passado um ano, ainda não esteja a funcionar o Conselho Municipal da Juventude? Disse parecer-lhe má vontade, do executivo, em fazer aquele órgão funcionar, não querendo dar voz à juventude severense, tema esse já aflorado pela sua colega, tanto assim que, o executivo não quer jovens em Sever do Vouga, pois tem um investimento previsto na saúde de cinco euros, sabendo que a população severense é maioritariamente idosa. Perguntou, afinal, o que quer o executivo para o concelho, afirmando que o PSD já tinha apresentado propostas, e voltava a fazê-lo naquela assembleia. Falou sobre as rubricas “monumento aos ex-combatentes e ao mirtilo” no valor de cerca de € 25 500,00, perguntando para quando e onde seria a sua execução e os “incentivos à produção de raça Arouquense”, questionando como pretendem fazer isso, uma vez que a raça não é usual de Sever do Vouga, mas sim, de Arouca. Disse não ter nada contra aquelas e demais rúbricas, mas que lamenta a falta de investimento nas pessoas, nos severenses e que o investimento existente tem sido assumido por entidades privadas. Disse considerar que devia haver um maior investimento na saúde e haver um maior valor para as freguesias. Referiu que, ao ler o documento, parece que a principal estratégia do concelho é o Centro Escolar em Sever do Vouga e perguntou se haverá mais alguma prioridade para o concelho, perguntando qual é a estratégia do executivo para o município. Referiu as obras não executadas, a saúde, que não é uma prioridade, e o facto

de a execução de novas obras para atrair e fixar população ser escassa e, o pouco que existe, não ter manutenção. Em suma, afirmou ser um orçamento que assenta numa política de gestão corrente, não se verificando uma estratégia a médio e longo prazo para o município.

De seguida, foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva**. Afirmou que, com o orçamento ali apresentado, os severenses começavam a ter uma noção de alguns projetos que serão desenvolvidos em 2021, pois, para 2019, e ao que devia interessar aos severenses, mais uma vez a grande aposta vai para a construção de uma mega escola do 1º ciclo num concelho onde cada vez há menos crianças e onde cada vez há menos gente. Referiu que os títulos dos jornais do dia seguinte seriam um elogio a Sever do Vouga se escrevessem “Orçamento aposta na educação”, não fosse nos últimos dez anos a sede do agrupamento ter sido reabilitada e ter blocos às moscas e terem sido construídas escolas para o primeiro ciclo e as salas estarem às moscas. Afirmou que o projeto Coutinho será mais uma machadada nas freguesias, freguesias essas onde, cada vez há menos serviços, menos investimento, mais as acessibilidades estão em mau estado e com falta de segurança, onde a grande parte do concelho não tem abastecimento de água, onde o desempenho no saneamento é dos piores, se não o pior do país, onde cada vez há menos oportunidades e onde cada vez mais se sobrevive. Disse que, votar naquele orçamento é limitarem-se a nem sequer conseguir ver o que se passa ali à volta. Referiu exemplos dos concelhos mais próximos: Águeda: “obras nas freguesias, desenvolvimento económico e fundos comunitários são as prioridades para 2019”; Estarreja: “maior fatia do orçamento vai para ECO Parque Empresarial”; Vagos: “plano é continuar a captar investimento para o concelho”; Ílhavo: “obras a executar no próximo ano - alargamento da rede de saneamento, construção de vias de acesso a pequenas zonas industriais e intervenção na habitação social”; São João da Madeira: “investimento em saneamento básico destacado pelo presidente”; Castelo de Paiva: “aposta na valorização turística, na rede viária e no apoio social”; Albergaria a Velha: “expansão da zona industrial é uma das prioridades do município para 2019”; Aveiro: “Câmara transfere 2 milhões e cem mil euros para as juntas. Nos contratos aprovados incluem-se áreas diversas como placas de toponímia, manutenção e gestão de fontes/fontanários e tanques/lavadouros, manutenção e gestão de polidesportivos e execução de obras de várias tipologias. Para a autarquia aveirense, pode ler-se: “a celebração destes contratos espelha uma administração local moderna, que assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais em respeito pela autonomia de cada um”.

Foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que disse serem justas algumas das críticas que ouviu ali eram mais que justas e que, aquilo que tinha dito sobre a execução do orçamento para 2018 era, também, uma explicação porque é que o orçamento de 2019 tem de ser como é, pois, aquilo que não se faz em 2018 empurra-se com a barriga para 2019, sendo, de alguma forma, uma repetição do orçamento de 2018. Mais disse que a estratégia é, sem dúvida, a mesma estratégia, com a qual discorda porque, para o CDS, o fundamental para garantir o futuro de Sever do Vouga é que Sever do Vouga cresça e tem que crescer em população, em atividade económica, atraindo pessoas e, mais importante, ainda, não deixando fugir as pessoas que tem, não expulsando jovens que vão procurar habitação em concelhos vizinhos e que vão procurando melhores oportunidades de emprego fora do concelho. Referiu as orientações estratégicas definidas do orçamento, na página 6, primeiro o desenvolvimento cultural, depois a atividade turística, depois o desenvolvimento socioeconómico, a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a eficiência dos serviços, mas que, nas obras, para além do Centro Escolar, parece haver uma estranha fixação na obra que é o edifício da Câmara Municipal e que a primeira preocupação deve ser os municípios. Perguntou porque razão continuam a ter nas receitas correntes a inscrição de uma taxa de proteção civil com cinco euros, quando o Tribunal Constitucional já disse que era inconstitucional e quando, no orçamento do estado, o PS propôs se alterasse de “taxa” para “contribuição” para poder

passar a obrigar as pessoas a pagar a taxa de proteção civil sobre outra fórmula. Mais perguntou se achavam que a aplicação de uma taxa turística era uma forma de atrair o investimento turístico para Sever do Vouga, que aparece logo em segundo lugar como sendo uma prioridade? Disse discordar em absoluto. Quanto às preocupações sobre as inúmeras obras prometidas, disse que bastava olhar para os documentos e perceber que, com cinco euros, para o próximo ano e para o ano seguinte, estavam a empurrar para o ano das eleições, havendo, outra vez, obras que já foram prometidas, como a ligação de Silva Escura a Dornelas, que já vem de há duas campanhas eleitorais e que está prometida há mais de cinco anos. Disse esperar que o orçamento seja uma previsão do que se tenciona fazer, admitindo que as alterações orçamentais são uma forma de ir ajustando ao longo do ano. Afirmou que, para perceberem quais são as verdadeiras prioridades do município, nomeadamente na matéria das obras que tencionam fazer, é necessário que o orçamento seja mais transparente e que especifique exatamente quais são as obras. Disse funcionar-se com uma autêntica discricionariedade da Câmara, que não permite o controle, por parte da Assembleia Municipal, ou que procura evitar esse controle por parte da Assembleia Municipal, daquilo que é a execução orçamental das suas prioridades, sendo esse o grande reparo que gostaria de fazer, para além da crítica à estratégia seguida pela maioria. Por fim, afirmou que as principais preocupações, em relação ao futuro de Sever do Vouga, não estavam minimamente refletidas nas prioridades que a maioria tem definidas naquele orçamento.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Jorge Manuel Henriques da Graça** que disse reconhecer e enaltecer o documento em apreço, por tratar-se de um orçamento equilibrado e abrangente dos vários compromissos do executivo, coincidentes com as necessidades dos munícipes. Afirmou que aquele orçamento tem em conta o desenvolvimento cultural, a atividade turística, o desenvolvimento socioeconómico, a sustentabilidade ambiental, a eficácia e eficiência dos serviços e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, no seu conjunto e, também, em termos territoriais do concelho, é igualmente abrangente, equilibrado e democrático, pois prevê investimentos em todas as freguesias, tendo aqueles investimentos sido negociados e priorizados em articulação com todos os presidentes das juntas de freguesia. Salientou o facto de as receitas serem muito suportadas e incrementadas pelos fundos comunitários, resultado do grande empenho e capacidade do executivo e dos antecedentes, em apresentarem projetos válidos e importantes, de forma a trazerem para o município de Sever do Vouga avultadas verbas da União Europeia e, conseqüentemente, realizarem grandes projetos que, de outra forma, não seriam possíveis, tais como o Centro Escolar, a requalificação das piscinas municipais, o projeto Naturvouga, a 1ª fase da regeneração urbana, o Ecocentro e muitos outros. Salientou, ainda, a continuidade do Orçamento Participativo, com alguns ajustamentos no sentido da sua melhoria e, principalmente, com um incremento da verba, sendo aquele um importante contributo para a tão propagada como importante descentralização. Realçou a continuidade da forte aposta do executivo na educação, prevendo investir mais de 10% do orçamento global naquela área, reconhecendo, dessa forma, a vital importância da mesma, para o futuro das pessoas e do concelho. Concluiu, dizendo que aquele orçamento é, também, e acima de tudo, realista, podendo ser criticado por ser pouco ambicioso, uma vez que é inferior ao do ano passado. Afirmou que seria criticado, de igual forma, de ser utópico e populista, se fosse apresentado com valores bastante inflacionados, o que seria apelativo e muito fácil de fazer, mas que o executivo tinha preferido, e muito bem, apresentar o orçamento da forma mais realista que lhes aprouve, não contando com o incerto e pondo de parte o populismo e brilho virtual de um orçamento inflacionado. Disse ser, portanto, o orçamento apresentado pelo executivo da Câmara Municipal de Sever do Vouga que terá, também, a responsabilidade de o executar e, tal como quem conduz um carro deve poder escolher o caminho, também naquele caso, deve ser permitido àquele executivo executar o seu próprio orçamento. Por fim, deixou o seu apelo à viabilização do mesmo.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que começou por dizer que a afirmação de que tinha sido violado o estatuto de direito de oposição era uma opinião, uma interpretação da lei, e que tinham sido realizadas reuniões com os presidentes de junta, para dizerem aquilo que se lhes oferecia sobre o que entendiam ser de mais importante para investir nas suas freguesias, tendo sido feito o orçamento com base nesses anseios, embora, se fossem plasmados no orçamento todos os pedidos dos presidentes das juntas, então ficavam todas as rubricas a cinco euros, tendo sido necessário fazer opções. Afirmou considerar que o orçamento é realista, podendo ser acusado de ser um orçamento cauteloso, mas com uma certeza, todas as obras incluídas no orçamento são obras que querem fazer e são despesas que querem efetuar. Sobre as comparações feitas em relação a outros municípios, afirmou conhecer um município, de entre aqueles que o membro Sérgio Silva enumerou, que teve um orçamento muito superior ao de Sever do Vouga, no ano passado, e que teve uma execução menor. Sobre o Centro Escolar, referiu que o mesmo constava da carta educativa e foi homologada pelo ministério, pelo que era necessário cumprir com a construção do mesmo. Lembrou o centro escolar de Couto de Esteves, que também constava da carta educativa e podia ter sido tirada, mas a população de Couto de Esteves não quis e agora queixa-se que ele está às moscas. Sobre a alusão à Assembleia dos Jovens, o Vice-presidente da Câmara Municipal afirmou não ter nada a ver com o Conselho Municipal da Juventude. Sobre os transportes escolares, informou que, em relação à última sessão, não tinha havido novidades, tendo sido solicitado um parecer à CCDR-C que será transmitido aos membros quando vier, sendo que, o facto de não constarem no orçamento não obstaculiza o seu custeamento. Quanto ao “*orçamento dos cinco euros*”, disse terem sido dados exemplos de obras e de ações dotadas com cinco euros e que são das primeiras a serem feitas, e que tinha sido já explicado. Sobre a estratégia adotada, disse considerar que os severenses não se têm dado mal e que existem coisas a afinar, mas que se trata de um orçamento equilibrado, dado os meios de que dispõem e que é uma proposta honesta e fundamentalmente realista.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que perguntou o que é que tinha mudado, de um ano para o outro, em matéria de estatuto de oposição, uma vez que, no ano passado, o Dr. António Coutinho tinha enviado o orçamento para os presidentes do PSD e do CDS e tinha cumprido a lei. Afirmou que o estatuto de oposição é muito claro e, do mesmo modo que o primeiro ministro, quando apresenta o orçamento, chama os partidos da oposição para os ouvir, é a mesma obrigação que tem o senhor presidente em exercício de chamar os partidos para os ouvir. Mais disse estar prevista a obrigatoriedade de a maioria fazer um relatório anual com o estatuto de direito de oposição, ou seja, quanto à forma como trata a oposição. Exigiu a publicação do relatório no site do município. Quanto à inscrição das obras por cinco euros, chamou a isso de “*navegação à vista*” e o problema é que não permite que a Assembleia Municipal exerça os seus direitos de fiscalização em matéria de orçamento e, independentemente do PSD e CDS estarem representados na Câmara e até as discutirem, é à Assembleia que cabe perceber quais são, efetivamente, as prioridades e aquilo que o senhor presidente diz é que não têm que se preocupar com isso, porque é uma coisa que depois gerirão. Disse pretender saber quais as obras, dotadas com cinco euros, vão avançar primeiro e quais vão continuar a ser empurradas pela barriga ao longo de anos, sendo um direito da Assembleia Municipal e um direito da oposição. Sobre a receita para o transporte escolar, que tinha orçamentado no ano passado vinte mil euros, a alteração orçamental, a seguir n ordem de trabalhos, vê aquele valor ser reduzido para quinze mil euros, perguntando porque razão já não há transporte escolar para todos os alunos até ao 12º ano? Afirmou que o pedido de informação à CCDR não passa de uma desculpa de mau pagador, de quem não quer, perante a Assembleia Municipal assumir a responsabilidade que a Assembleia Municipal já pediu que assumisse, que é a de resolver o problema de transporte escolar até ao 12º ano. Disse ser evidente que discorda da estratégia por sentir que está completamente esgotada, a arrastar-se ao longo do mandato e que é preciso novo fôlego, sendo para isso que está ali o

CDS, para contestar e apresentar alternativas àquilo que tem vindo a ser feito na gestão do município.-----

**Sérgio Soares da Silva** voltou a intervir para dizer que, obviamente, quando comparava Sever do Vouga com outros municípios, era com alguns cuidados que o fazia. Mais disse ter a noção de que a maior parte daqueles municípios não tinha orçamentos de onze milhões, tinha de vinte, trinta, até setenta ou oitenta milhões de euros, mas que quando falava em áreas estratégicas, Sever do Vouga aplicava cinco euros. Afirmou que o Vice-presidente da Câmara Municipal gostava muito de se defender, mas que, quando dizia que tinha tido o cuidado de chamar os presidentes de junta e de ser minuciosamente discutido com todos eles, lembrou que há freguesias que, há cinco, seis anos, o que vinham ali apresentar era, normalmente, o mesmo, ou melhor, o que se tinha vindo apresentar no corrente ano tinha sido o que se veio apresentar há cinco, seis anos, pois não passa do papel e do orçamento, e a maior parte delas, e no caso de Couto de Esteves, por exemplo, não passa daquelas propostas que o executivo faz nas promessas eleitorais e que andam lá, como já foi aqui dito, há mais do que uma e de duas campanhas eleitorais. Disse que, na última sessão falou sobre esses três ou quatro assuntos que andam ali há anos, quase há décadas e um deles é uma estrada no Couto de Esteves, a E.M. 569, que tem cerca de 300 metros sem rails de proteção, tendo já sido chamada a atenção, várias vezes.-----

**O Vice-presidente da Câmara Municipal**, dirigindo-se a Sérgio Soares, informou ter tomado nota da necessidade do rail na estrada E.M. 569. Dirigindo-se a António Monteiro, para esclarecer bem, disse não saber como tinha sido feito no ano passado, quanto ao orçamento, e, se tinha sido falha sua, pedia desculpa, pois tinha sido a sua primeira vez a tratar daquele assunto. Quanto aos transportes escolares, disse ser mais uma cautela, não havendo problema nenhum, mas que não confundissem o órgão deliberativo, e que é fiscalizador, com o órgão executivo. Disse ter muito gosto em pagar o resto dos 50% dos transportes aos jovens até ao 12º ano, mas com a certeza de não estar a violar a lei, tão só.--

**Deliberação:** No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2019, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 11 100 000,00 (onze milhões, cem mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projetos e ações das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de € 5 695 830,00 (cinco milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de € 4 000 000,00 (quatro milhões de euros) e o Plano de Atividades com uma dotação global de € 1 695 830,00 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta euros).-----

Conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal foi deliberado o seguinte:-----

a) Continuar a cobrança dos impostos municipais através dos competentes Serviços do Estado que por lei estão consignados ao Município, onde se encontram incluídos os já votados – Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama;-----

b) Cobrança das taxas e licenças previstas na respetiva Tabela, bem como o tarifário pela prestação de serviços, sem prejuízo da atualização dos seus valores com efeitos a partir do início do próximo ano, bem como, a revisão de algumas taxas, cuja proposta será, oportunamente, apresentada à Assembleia Municipal para aprovação;-----

c) Continuar a ser concedida despesa fiscal de acordo com o previsto no artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e referente às isenções a conceder nos termos dos regulamentos em vigor, em taxas e outras receitas municipais, até aos seguintes limites:---

- Ação social e saúde.....	€ 1 500,00
- Proteção civil, cultura, desporto e tempos livres.....	€ 4 000,00
- Económica.....	€ 1 000,00
- Educação.....	€ 1 000,00
- Urbanismo.....	€ 12 500,00

d) Recurso aos Fundos Comunitários, da Administração Central e ao crédito, se necessário, através dos mecanismos legais e dentro dos limites estabelecidos, utilizando, sempre que possível, linhas de crédito especiais, sem prejuízo de, na altura própria, as decisões serem presentes ao órgão deliberativo;-----

e) Considerando o disposto no n.º 6, do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a repartição dos encargos relativos a obras e fornecimentos, aquisição de bens ou serviços que resultem do PPI aprovado, por mais que um ano, quando não seja possível, no período da sua validade, satisfazer pela totalidade os encargos contraídos por dificuldades de tesouraria, bem como outras situações previstas no aludido artigo 22º;-----

f) Nos termos do previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos do previsto no número 1 do artigo 6º da LCPA, prestar a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais previstos nas GOP;-----

g) De igual modo, nos termos das mesmas disposições referidas no ponto anterior, prestar a autorização prévia para os compromissos plurianuais dos contratos vigentes, não evidenciados nas GOP e aqueles que serão celebrados em 2017;-----

h) Autorizar a introdução nas GOP dos ajustamentos necessários, quer pela transferência de verbas disponíveis ou aprovadas em programas de financiamento externo, quer pela inclusão de obras novas ou ainda reforçar as inscritas, através das modificações orçamentais, desde que tais alterações não alterem o valor global do orçamento e das GOP, exceto nas situações admitidas por lei;-----

i) Finalmente, a aprovação das GOP, do Orçamento que lhe dá a necessária cobertura e o Regulamento Municipal para a Execução Orçamental que dará a necessária orientação para a sua execução.-----

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019 e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados com doze votos a favor, dos membros: Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Mariana Bastos, Mário Silva; nove abstenções dos membros: António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elisabete Rodrigues, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Toni Martins; cinco votos contra dos membros: Ana Tavares, António Monteiro, Bruno Tavares, Edite Rodrigues e Sérgio Silva.-----

António Monteiro apresentou a seguinte declaração de voto: *“votámos contra o orçamento do ponto de vista legal por não ter sido cumprido o direito de oposição e por, também, não ter sido cumprida a lei no que diz respeito à consulta obrigatória ao Conselho Municipal da Juventude do ponto de vista político evidentemente que as razões que fundamentam o nosso voto contra são todas aquelas foram expressas nas minhas declarações anteriores.”*-----

Os membros José Sousa e Luís Pedro não participaram na votação porque, no momento em que a mesma se realizou, não estavam na sala.-----

**1.3 Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental:** - Foi presente o Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental, que estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à elaboração e execução do Orçamento Municipal.-----

Foram registadas as seguintes intervenções:-----

Foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que sugeriu, relativamente à informação sobre as isenções que foram prestadas, de que, em vez de ser apresentado, na primeira sessão anual ordinária, um documento próprio e autónomo, fosse prestada essa informação na informação escrita do presidente da Câmara Municipal, para permitir que a Assembleia Municipal vá acompanhando essas isenções ao longo do tempo.

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** propôs, então, que a relação das dívidas e isenções começasse a constar da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.--- Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, o Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental, com vinte e três votos a favor dos membros: Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Portela, Beatriz Soares, Bruno Tavares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Elisabete Rodrigues, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Toni Martins; quatro abstenções dos membros: Ana Tavares, António Monteiro, Edite Rodrigues e Sérgio Silva.-----

**1.4 Mapa de Pessoal:** - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2018.-----

Antes de ser colocado o documento à votação, o presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções.-----

Foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro**. Afirmou que o CDS tinha tido uma posição muito crítica em relação ao mapa de pessoal, tendo já, no ano passado, manifestado essa mesma discordância e, voltando a reiterar as razões dessa mesma discordância, disse não podia deixar de reiterar aquilo que, para si, é uma falha grave no funcionamento da Assembleia Municipal, que é, ao contrário do que está previsto na lei, a falta de um funcionário afeto à Assembleia Municipal, ou seja, alguém que desse, especificamente, apoio senhor presidente da mesa. Afirmou ser uma falha grave no funcionamento do município. Disse ter tido ocasião de o reiterar, junto do senhor presidente da Assembleia Municipal, ao que se somavam todas as outras divergências que já foram identificadas no que diz respeito àquilo que o município planeia contratar, para o ano, no mapa de pessoal em apreço.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Cipriano de Arede Nogueira** que disse fazer todo o sentido a contratação de pessoal externo para assegurar o bom funcionamento do município, no entanto, solicitou que todos os concursos fossem publicados em jornais locais, e de todas as formas possíveis, de forma a ser do conhecimento de todos os munícipes, uma vez que, se assim for feito, será de forma clara e transparente não levando a que hajam outras interpretações.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dizer que, para já o mapa de pessoal ia sendo suprido com a aplicação da lei e que a Câmara Municipal disponibiliza, à Assembleia Municipal, o apoio administrativo necessário. Mais informou que todos os concursos para a admissão de pessoal são publicados nos termos da lei, quer no sítio, quer na plataforma, como nos jornais e Diário da República.-----

Depois de concluídas as intervenções e das respostas dadas pelo presidente da Câmara Municipal, foi o Mapa de Pessoal colocado à votação.-----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, o Mapa de Pessoal para 2018, com vinte e três votos a favor de Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Toni Martins; um voto contra, do membro Sérgio Silva e quatro abstenções de Ana Tavares, António Monteiro, Pedro Mendes e Sérgio Santos.-----

**1.5 Manual de Consolidação para 2019:** - O órgão deliberativo tomou conhecimento do Manual de Consolidação, documento que serve como instrumento orientador e estruturante de apoio ao processo de consolidação de contas do município de Sever do Vouga.-----

**1.6 Participação Variável no IRS 2019:** - Na sequência da posição tomada na sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 28 de setembro, onde foi indeferida a

proposta apresentada pela Câmara Municipal para manter os 5% da participação variável no IRS, as restantes forças partidárias representadas no órgão executivo apresentaram propostas. Assim, foi presente a proposta da Câmara Municipal para fixar em 4% a participação variável do município no IRS de 2019. Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes: -----

Foi dada a palavra a **Toni Pedro Ribeiro Martins**. Afirmou que Sever do Vouga é um concelho magnífico com riqueza natural ímpar e gente hospitaleira, no entanto, é um concelho que sofre dos problemas típicos do interior e rodeado por concelhos com uma dinâmica e conjuntura mais favoráveis. Nesse contexto, disse entender que devem ser criadas condições para inverter a regressão demográfica e conseqüente envelhecimento da população, sendo necessário tomar medidas que o tornem mais competitivo e que atraia investimento para o desenvolvimento da indústria, turismo, comércio e agricultura e, desta forma, impulse a criação de novos empregos e oportunidades, com o objetivo claro de captação e fixação de pessoas que serão a garantia de estabilidade e progresso. Disse que, com esse fim, muitos assuntos tinham sido abordados pela sua bancada ao longo do mandato, nos mais variados setores e nos quais se inclui a apresentação da moção de “redução gradual e no tempo da taxa de participação variável do IRS, de forma a permitir uma melhor adaptação e minimização do impacto no orçamento do Município”, aprovada em assembleia. Relembrou que a moção aprovada foi que a redução se reflita na elaboração dos próximos orçamentos do município e que a proposta de redução de 1%, apresentada pelo executivo, vai ao encontro da proposta de redução aprovada e, por esse motivo, iria merecer a sua aprovação, no entanto, deverão estar atentos à realidade dos municípios vizinhos em que aquela é mais reduzida ou, até mesmo, nula, colocando Sever do Vouga em situação de desvantagem perante os mesmos, sendo urgente tomar medidas que reponham o equilíbrio de oportunidades e maior competitividade com os mesmos. Referiu que aquela medida não podia ser encarada como uma medida isolada, mas sim, como um complemento e reforço às medidas de apoio e incentivo ao desenvolvimento, que tem sido impulsionado, em grande parte, por iniciativas privadas que atuam de uma forma independente e que carecem do suporte e do apoio institucional. Disse ser fundamental o executivo dar um sinal claro de apoio a todas as iniciativas, bem como planear e antecipar a criação das condições necessárias a esse desenvolvimento, sendo certo que aquela redução de receita irá exigir, da parte do município, um maior rigor e trabalho de controlo e gestão financeira, julgando ser possível e que trará benefícios a médio prazo, pois a Câmara Municipal não deve ser uma simples cobradora de impostos, mas sim, uma impulsionadora do desenvolvimento do concelho. Lembrou, ainda, que a não cobrança daquela taxa tem benefícios diretos nos encargos dos contribuintes que pagam IRS no concelho, contribuindo positivamente para as políticas de incentivo à captação e fixação de pessoas e combate à desertificação.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que falou sobre o início do trajeto, por parte CDS, no ano passado, para que se ponderasse baixar a taxa de IRS porque o município de Sever do Vouga tem a taxa mais baixa na derrama e, estando reconhecida a importância para o município, no IMI, faltava reconhecer a importância do fator trabalho do rendimento que as pessoas têm e, desse modo, permitir às pessoas, beneficiarem, um pouco, pelo facto de viverem em Sever do Vouga. Disse considerar que não é o facto de baixar a taxa 1%, quando nos municípios à volta está ainda mais baixo, que vai permitir atrair muito mais residentes para Sever do Vouga, mas é fundamentalmente, para não incentivar residentes de Sever do Vouga ir viver para concelhos vizinhos, porque, se há mais oportunidades económicas nos concelhos vizinhos e há mais habitação disponível e a melhor preço e ainda pagam menos impostos, é evidente que Sever do Vouga não será atrativa para fixar os seus residentes. Disse registar com agrado o início a um caminho que é importante e que vários municípios já começaram a trilhar há mais anos, sendo o seu desejo que se consiga aprofundar aquela isenção ao longo dos próximos anos.-----

Foi dada a palavra a **David da Silva Alves** que disse sermos confrontados, todos os dias, com o pagamento de impostos, uns bem explícitos e outros não, pois, todos os dias almoçamos, abastecemos as nossas viaturas, ou vamos às compras e temos a noção de que pagamos impostos sobre todos esses atos. Talvez não, depois disso, outros impostos de que praticamente não se falam, e só se dá por eles quando confrontados com os mesmo, como a participação variável do IRS, imposto que deriva da aplicação de uma taxa sobre a coleta de IRS, ou seja, após o apuramento do rendimento bruto, o estado aplica uma taxa de 5%, a qual fica retida até que os municípios decidam sobre o que pretendem tributar, que vai de 0 a 5%, depois de os municípios decidirem, o estado liberta o montante aplicado e devolve ao contribuinte o remanescente. Disse que, no caso de o município aplicar uma taxa de 5%, o estado nada devolve ao contribuinte. Este imposto aplicado no município de Sever do Vouga rende, na estimativa para 2018, cerca de trezentos mil euros. Deu o exemplo de um contribuinte solteiro que aufera de um rendimento bruto de setecentos euros, depois das deduções específicas e benefícios fiscais, paga zero e um contribuinte auferir de um vencimento bruto de mil euros, terá uma retenção fixa na fonte de IRS de 8,4%, que dará oitenta e quatro euros a pagar mensais e anuais de mil, cento e setenta e seis euros e aplicar a taxa de 5%, dará cinquenta e oito euros e oitenta cêntimos, e isso, sem contar com os benefícios fiscais e deduções à coleta. Para um rendimento de catorze mil euros anual, o contribuinte vai pagar ao município cerca de sessenta euros. Perguntou se aquele imposto seria uma violência? Afirmou que, oitenta por cento dos contribuintes severenses não pagam nada, ou seja, as camadas mais desfavorecidas não são afetadas, ficando o valor a pagar para aqueles que têm algum rendimento. Mais disse que o imposto vai servir para pagar a bolsa de estudo, apoios às coletividades, os livros escolares, ou seja, vai ser aplicado para quem mais precisa. Disse não se importar de contribuir e que é, de certeza, um pagante, ficando com o direito e liberdade de patrocinar o município onde foi aplicado o seu dinheiro bem aplicado. Dirigindo-se aos deputados da Assembleia Municipal, pediu que não se entrasse em demagogia ou levantasse falsas questões sobre aquele assunto, na sua modesta opinião, pediu que se aceitasse a taxa proposta porque a receita faz falta ao município e a toda a justiça.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que disse não poder deixar passar a oportunidade de intervir no ponto em apreço, sobre o qual já ali tinha falado há dois anos, uma vez que considera que aquele fator de diferenciação é uma forma de distinguir Sever do Vouga pela positiva. Contudo, deixou as seguintes notas: primeiro, sublinhou que há uma grande onda de indignação entre os severenses, pois alguns queriam contribuir com os seus impostos para a sua terra. Sugeriu a marcação de sessões de esclarecimento sobre o preenchimento de IRS para explicar às pessoas que basta escolher as opções certas para beneficiar o IRS de cada um, ou para fazer, por exemplo, donativos, que, no caso de Sever do Vouga, e consultando o portal das finanças, pode-se encontrar uma lista de entidades que qualquer cidadão pode beneficiar ao preencher o IRS; segundo, disse que, na votação daquele ponto, caso não fosse possível obter uma maioria que aprove a taxa de IRS, a Câmara Municipal de Sever do Vouga perderia a totalidade daquela receita e mesmo aqueles que queiram contribuir com os seus impostos já não iriam conseguir fazê-lo. Afirmou que, votar contra aquela proposta é não beneficiar em 1% o IRS desses severenses e tirar ao orçamento da Câmara 4% do IRS dos cidadãos que tanto queriam contribuir para a sua terra.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** interveio para esclarecer que a taxa variável da participação IRS nada tem a ver com a fixação da população, nem com a captação de investimento, rigorosamente nada. Mais disse que, quem quiser não concordar com a proposta, que arranje outros argumentos, esses não. Voltando à comparação de municípios, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse haver municípios que não vivem, essencialmente, das transferências do estado, o que não é o caso de Sever do Vouga, praticamente funciona só com essas transferências. Afirmou que aquela receita faz falta, pois, no ano passado foram arrecadados trezentos mil euros e, se a Assembleia

Municipal assim o aprovar, serão menos cerca de sessenta mil euros, que é uma verba necessária para uma boa execução orçamental.-----

Analisado o documento, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, fixar em 4% a participação variável do município no IRS de 2019, com vinte e quatro votos a favor dos membros: Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, António Portela, Beatriz Soares, Bruno Tavares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Elisabete Rodrigues, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins; três abstenções dos membros: Ana Tavares, António Monteiro e Edite Rodrigues.-----

**1.7 Freguesia de Cedrim e Paradela – Ratificação de Apoio:** - O órgão deliberativo ratificou, por unanimidade, o protocolo celebrado com a União de Freguesias de Cedrim e Paradela para ser assegurado o transporte das crianças do pré-primário e 1º ciclo, durante o ano letivo de 2018/2019, assim como o respetivo subsídio financeiro no valor de € 6 537,72 (seis mil, quinhentos e trinta e sete euros e setenta e dois cêntimos).-----

**1.8 Agim – Contrato-programa:** - A Assembleia Municipal analisou o contrato-programa aprovado em reunião de Câmara de 14 de novembro de 2018, relacionado com a atribuição de um subsídio de € 5 850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta euros), por cada mês, durante o ano de 2019, para se fazer face ao défice de exploração, com avaliação intercalar e no final. Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----  
A primeira intervenção foi a de **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que disse tratar-se de um documento igual ao do ano anterior, feitas algumas ressalvas ao número de formandos, ao valor e, curiosamente, com os nomes dos representantes da Agim estrategicamente tapados. Disse não saber qual a necessidade se, uma leitura da página web da Agim diz quem são os membros da direção, onde o seu presidente é, também, o presidente da Câmara Municipal. Da leitura dos estatutos, afirmou nada decorrer da participação do município na Agim, muito menos no seu artigo 17º, n.º 2, que o município exerça uma influência dominante na Agim, sendo que, só mesmo na página web do município se encontra a Agim como entidade de outra natureza, na subsecção entidades participadas e outras. Afirmou que, nunca aquela assembleia teve conhecimento qual era a participação do município na mesma, sendo que é uma associação privada sem fins lucrativos e nem mesmo teve alguma vez conhecimento de qualquer plano de atividades, orçamento e relatório anual de contas, no entanto, como ato de fé, é pedido aos membros da Assembleia Municipal, com muito pouca documentação, que aceitem a atribuição de mais um subsídio, sem qualquer benefício para os associados severenses, para uma formação que, também, nada é transmitido sobre os seus objetivos, resultados, nomeadamente, número de participantes e grau de satisfação, sendo certo que, aquele subsídio em tudo se assemelha a uma situação de concorrência desleal, para outras entidade privadas, que não beneficiam do mesmo subsídio, sendo certo que, nem mesmo o órgão deliberativo sabe o preço que é cobrado a cada formando por aquela formação, para aferir da vantagem, ou não, mas claro, sendo subsidiado deve ser. Dirigindo-se ao Vice-presidente da Câmara Municipal, afirmou que, numa altura em que tanto se exige transparência nas governações, pedir aquele cheque em branco começava a ser demais, com tão pouca informação que é prestada. Pediu que ficasse bem claro que não são contra aquela entidade, mas que não se sentem confortáveis com aquela situação, pelo que, caso não haja uma alteração profunda, uma clarificação da relação entre Câmara Municipal e a Agim, no futuro irão reprovar novos contratos-programa, uma vez que agora iriam abster-se, por forma a permitir os ajustes necessários à regularização daquela situação.-----  
Seguidamente, foi dada a palavra a **Ana Cristina da Silva Tavares** para dizer que, sendo a Agim uma associação socioprofissional de direito privado e não considerando a sua atividade de máxima importância para Sever do Vouga, como pode ser constatado no seu plano de atividades, cada vez menos severenses recorrem aos seus serviços. Afirmou existirem, também, outras associações em Sever do Vouga que prestam serviços

semelhantes aos produtores e que nada recebem de apoio por parte do município e, por essa razão, não percebia o motivo de tão avultado valor no contrato-programa. Referiu que, no ano passado, a Câmara Municipal tinha celebrado um contrato-programa idêntico onde o grande objetivo da Agim era a promoção e divulgação de Sever do Vouga como Capital do Mirtilo, mas, na sua opinião, esse objetivo não tinha sido alcançado, pois a Feira do Mirtilo, sendo o maior evento, teve uma péssima divulgação, razão pela qual considerava que a realização de um novo contrato com a mesma entidade não devia avançar.-----

A próxima intervenção foi a de **Jorge Manuel Henriques da Graça** que afirmou deter uma sensibilidade para o assunto em apreço, dada a sua formação e carreira profissional na área agrícola. Relembrou a sua intervenção na sessão de 15 de dezembro de 2017, dizendo que aquilo que tinha comunicado continuava a ser a sua opinião atual sobre o mesmo, pelo que tentaria, apenas, relevar alguns aspetos do que disse nessa altura, mas com alguns incrementos. Reafirmou a elevada importância social e económica que o sector dos pequenos frutos tem em Sever do Vouga, contribuindo para a baixa taxa de desemprego e para o nível de sustentabilidade económica de muitas famílias. Reafirmou, ainda, que um dos fatores-chave de sucesso de uma agricultura moderna e sustentável, é o conhecimento e a capacidade técnica dos empresários agrícolas, sendo fundamental que conheçam as melhores técnicas de produção, bem como o mercado as suas necessidades e tendências, e, no caso da maioria dos produtores de pequenos frutos do concelho, esse conhecimento e capacidade não ocorre. Afirmou que existem, em Sever do Vouga, essencialmente, pequenos produtores, com pouco conhecimento e baixa capacidade técnica e que essas lacunas deviam ser minimizadas e ultrapassadas. Disse ser, para isso, fundamental existir no concelho de Sever do Vouga uma entidade, ou entidades, que possibilitem a correção dessas lacunas, aportando aos produtores de pequenos frutos, através da formação profissional e do apoio técnico especializado, o conhecimento e a capacidade técnica, essenciais e em falta naquele sector. Afirmou que a Agim é, e deverá continuar a ser, uma dessas entidades, pois é uma associação sem fins lucrativos que abrange todos os intervenientes da fileira dos pequenos frutos, sejam produtores, técnicos, ou organizações de comercialização, e que pretende representar e defender os interesses socioprofissionais dos mesmos. Referiu que os principais serviços da Agim são o acompanhamento técnico à instalação e à exploração, o apoio burocrático, o apoio ao investimento agrícola e a elaboração de projetos de investimento, implementação do sistema de certificação GlobalGap e, por fim, a formação profissional, sendo que os técnicos da Agim realizam, também, muito trabalho de investigação e experimentação, por exemplo na seleção das variedades melhor adaptadas, melhores técnicas culturais e a procura de novos e melhores mercados. Realçou, ainda, o trabalho da Agim na promoção dos pequenos frutos de Sever do Vouga, por exemplo, na divulgação e promoção da Feira do Mirtilo. Disse que será muito redutor ver a Agim apenas como mais uma entidade formadora, não sendo, de todo, a sua principal e mais importante função, mas, mesmo cingindo-se à formação profissional, reconhecidamente necessária e útil, graças ao protocolo em apreço, a mesma poderá ser ministrada aos produtores de forma menos onerosa, uma vez que a Câmara Municipal de Sever do Vouga comparticipa o custo real das formações, sendo, dessa forma, mais um importante serviço que a Câmara Municipal de Sever do Vouga presta a muitos munícipes. Recordou que, na discussão daquele protocolo, na sessão de 15 de dezembro de 2017, foi levantada a necessidade e a importância de se fazer uma discriminação positiva, em termos de custos, para os produtores do concelho, versus os de fora do concelho que recorrem à Agim, com o qual disse concordar e apoiar em absoluto a implementação dessa discriminação positiva. Lembrou, no entanto, que aquela deve ser uma decisão tomada em assembleia geral da Agim, e não na Assembleia Municipal. Disse ter a certeza que a Câmara Municipal de Sever do Vouga não se oporá a essa decisão, bem como a votará favoravelmente e a impulsionará. Afirmou continuar a achar que a Agim deve continuar afinadamente na procura da sua autossustentabilidade económica e, enquanto esse

patamar não é atingido, pois não será uma tarefa fácil dado a baixa rentabilidade do sector e as restantes condicionantes verificadas, deve, desde já, implementar medidas que lhe permitam atingir esse almejado patamar, tendo sido iniciado esse processo com a redução de dois lugares no quadro de pessoal, bem como outras medidas que visam a redução de custos e otimização de resultados. Afirmou não poder ser descurada essa missão e, sabendo que o contrato-programa tem um custo efetivo para a autarquia, defendendo e apelando a que seja aprovado, por considerar que será um bom investimento da Câmara Municipal de Sever do Vouga na melhoria e sustentabilidade do sector dos pequenos frutos do concelho e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida de muitas famílias. Terminou com a mesma ideia com que tinha terminado na sessão de 15 de dezembro de 2017: *“Todos sabemos quanto custa este contrato-programa ao município, mas nenhum de nós sabe quanto perderão, muitos municípios de Sever do Vouga, sem a sua aprovação. Pergunto, estão dispostos a assumir essa responsabilidade?”*-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal**, que disse ter sido esclarecedora a intervenção de Jorge Graça, em termos técnicos. Sobre a intervenção de Diana Paiva, disse concordar com uma parte, que deve haver mais informação, dizendo que isso já tinha sido ventilado e dito aquando da consolidação das contas, porque na consolidação a esse propósito, vinha ainda mais informação. Afirmou que a Assembleia Municipal deve ter mais informação sobre a atividade, o que é fundamental, ficando reconhecido isso, não só nos números frios que vêm para a consolidação, mas um relatório de execução. Dirigindo-se a Ana Tavares, e sobre a afirmação de que a Agim não conseguiu o propósito de promoção e divulgação do concelho, disse tratar-se de uma opinião que respeitava muito, mas com a qual discordava por considerar que a Agim, nesse aspeto, tinha conseguido, através de uma série de iniciativas e presenças, divulgar o nome do concelho de Sever do Vouga e, ainda, na promoção dos pequenos frutos, tendo em conta e fazendo jus à marca Capital do Mirtilo, de que o município é legítimo detentor. Por fim, disse ser possível fazer melhor, será e há que lutar por isso, mas que a Agim tem, sim, contribuído.-----

Foi dada a palavra a **José Carlos Ribeiro de Sousa** que disse tencionar votar contra, por ter conhecimento de como é que funciona aquela matéria, havendo situações que despertaram alguma atenção, por não estarem muito corretas. E, para que não seja feito um mau entendimento daquilo que iria dizer, afirmou que, se se procura um coveiro para a Agim, não iria servir de coveiro, querendo, apenas, manifestar o seu desagrado em relação ao ponto em apreço, por considerar que não está correto. Disse que, o documento que serviu de base, no seu entender, e sem ofender ninguém, tinha servido para iludir o executivo, uma vez que se verifica ser exatamente igual ao do ano passado, com três pequenas diferenças, sendo que, na situação concreta, logo a seguir ao ponto 3, no número de formandos de apoio técnico, tinha 40 e, em 2018, tem 30; número de formandos de formação em sala, cerca de 8 horas de formação, no ano passado tinha 5, em 2018 tem 25 e, no ano passado, quem assinou o documento foi a doutora Sandra e, este ano, foi Francisco Silva, ou seja, leva a entender que o documento foi elaborado por pessoas com cérebros idênticos, por não haver ali a mínima diferença. Depois, perguntou como é que tinham colocado certos valores, dizendo que são os valores que correm no mercado, afirmando que, no caso da certificação, existem vários tipos e a certificação de que se trata é Global Gap, que há duas hipóteses de certificar as plantações, opção 1 e opção 2. Informou que, na opção 1, os preços correntes do mercado são, precisamente, os setecentos euros que constam no documento e que o mesmo afirma estar a praticar um preço abaixo do mercado, que será de 2350 euros. Afirmou não haver ninguém, no país, que pague aquele valor para certificar uma plantação, seja ela de mirtilos, groselha, framboesa, olival, seja ela de que for, ou seja, se pagarem 2350 euros a Agim cobra 700 euros por aqueles serviços, há ali um diferencial de 1650 euros, e, se multiplicados pelos 45 número de formandos Global Gap, a Agim tem um prejuízo de 74 250 euros com aquelas certificações durante o ano. Disse querer ser esclarecido, porque estava a ver muitos produtores

certificados no concelho de Sever do Vouga, e por considerar ser impossível haver esse número. Afirmou que, no ano anterior, diziam que estavam certificados quarenta e cinco produtores e que, em 2018, estavam outros quarenta e cinco, sendo noventa o número de produtores. Disse não querer acreditar em tal número, porque é impossível, ou seja, é falso. Na questão da certificação, deu o exemplo da zona de Lisboa, concelho de Loures, onde existe quem faça aquele tipo de certificações que, no primeiro ano, para a elaboração do caderno de campo e apoio técnico, são cobrados quatrocentos e cinquenta euros e, para a renovação no ano seguinte, são cobrados cento e cinquenta euros, sendo que, o mais complicado é a elaboração do caderno de campo (isto na certificação opção 1). Mais disse que, o que tem a acrescentar mais aos quatrocentos e cinquenta euros, é a elaboração do caderno, a formação do agricultor, os procedimentos a ter, acrescentando-se um valor na casa dos duzentos euros, que é a despesa do auditor externo, ou seja, lá vai bater aos setecentos, setecentos e cinquenta euros, não pagando, ninguém, mais do que isso. Disse que, quanto à opção 2, falou sobre uma empresa que toda a gente conhece, a Mirtilusa, que tem produtores de mirtilos que são certificados na opção 1, mas certificaram-se por conta deles e a Mirtilusa não teve qualquer intervenção na certificação. Disse que a Mirtilusa tem um grupo de quarenta e três produtores certificados na opção 2 e afirmou ter uma lista, que poderia facultar depois, se alguém quisesse ficar com ela, e, ainda, que poderia fazer chegar faturas que provam que aquele documento é real e que são os valores que foram cobrados aos produtores. Mais disse ter havido um produtor que, por terem sido realizadas duas análises de água pagou trezentos e quinze euros e cinquenta e dois cêntimos, valor sem IVA incluído. Disse existir uma funcionária na Mirtilusa, engenheira, que trata sozinha de um processo de certificação de quarenta e três produtores certificação e questionou como é que, numa entidade que faz a certificação de quarenta e cinco produtores é preciso encaminhar para lá setenta mil euros por ano? Disse não entender e que, talvez, quem está a praticar preços muito abaixo do mercado é a Mirtilusa e, se calhar, também devia levar uma ajudinha nesse aspeto. Referiu que, no corrente ano, provavelmente, vai apresentar prejuízos porque, como toda a gente sabe, o norte do país foi atacado, as plantações de mirtilo, amora, framboesa, morango, pela tal mosca que já se tem falado, mas sobre a qual ninguém faz nada. Afirmou que, pessoalmente, deixou cerca de três toneladas e meia de fruto nas plantações, por não ter estado em condições de ir para o mercado. Disse que, na Mirtilusa, está a ser comercializado cerca de 50% daquilo que era habitual, onde a margem a reter ao preço do fruto, são 10% e, chegando ao final do ano, irão ter um prejuízo na ordem dos trinta mil euros, mas que não iam pedir nada à Câmara Municipal. Falou sobre um produtor que foi, em 2018, certificado pela primeira vez, e que pagou quatrocentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro cêntimos e o documento apresentado pelo senhor Francisco, que afirma que o preço corrente é de dois mil, trezentos e cinquenta euros. Disse não ter nada contra a Agim e que gostaria que a Agim continuasse, mas não naqueles moldes e, já que vai dinheiro do município para a Agim, todos os munícipes de Sever do Vouga deviam ter o serviço da Agim gratuito, ter dois ou três técnicos bons, não ter dois ou três técnicos que fazem duas ou três horas de trabalho e vão embora, devendo prestar oito horas de trabalho, como fazem os outros e prestar serviço gratuito. Mais disse que ter dois ou três técnicos pode custar quarenta ou cinquenta mil euros por ano, mas os agricultores de Sever do Vouga teriam, aqueles que necessitassem, esse serviço gratuito, sendo mais vantajoso para o concelho, porque, no seu entender pessoal, leva dinheiro do município e depois anda a dar formação fora do concelho, considerando que está a ser injetado dinheiro do município fora do concelho, o que não é correto. Disse que, se fosse necessário algum documento, que possa ajudar a esclarecer, estaria disponível para o apresentar e deixou uma sugestão, que era de, ao haver aquela disponibilidade de dinheiro da Câmara para a Agim, a Agim que se preocupasse mais em ajudar os agricultores de Sever do Vouga e que não botasse tanto abaixo as empresas que concorrem no mesmo ramo que, no fundo, não são bem concorrentes, mas ajudam a botar um bocadinho a concorrência abaixo e isso não é muito correto. Quis

deixar ali um pedido, para que no futuro lhe pudessem responder, já que é uma entidade que explora mercado, procura melhor mercado para os pequenos frutos de Sever do Vouga, que lhe fizessem chegar possíveis novos clientes que nunca chegou nenhum da parte da Agim. Disse que gostava de ver a Agim a trabalhar nesses moldes.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Toni Pedro Ribeiro Martins** que, face aos factos ali relatados, a bancada do PSD, naquele momento, já não se sentia confiante para poder exercer o direito de voto com os elementos de que dispunha e, nesse sentido, solicitou a retirada daquele ponto da mesa e que procedessem ao envio de mais alguns elementos, nomeadamente o relatório, para conseguirem inteirar-se de toda a situação, caso contrário e caso isto vá a votação, iria alterar o seu sentido de voto.-----

Foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que disse ser de crítica a posição do CDS em relação ao protocolo, confessando que, depois de ouvir a intervenção que tinha acabado de ouvir, mais convicto tinha ficado de que *“algo está podre no reino da Dinamarca”*. Disse haver questões de concorrência que tinham de ser esclarecidas, porque o município não podia estar a alimentar concorrência desleal com verbas municipais. Mais disse haver questões, relativas aos destinatários dessa formação e sobre se esses recursos, que estavam a ser disponibilizados para servir para municípios vizinhos e as reservas que já tinham sido ali manifestadas, diria que obrigam a Câmara Municipal a retirar aquela proposta, a reponderar e a apresentar um projeto claro sobre o que deve ser a Agim, como deve funcionar e que tipo de serviços deve prestar porque, se existem, no mercado, serviços que a Agim está a prestar, a preços mais baratos, então é óbvio que não há condições para continuar e, se esses serviços são prestados sem subsídios municipais, é evidente que os subsídios municipais são absolutamente inadequados e, na sua opinião, merecedores de uma severa censura em relação àquela matéria. Deixou esse apelo à Câmara Municipal e, da parte do CDS, a sua posição é de votar contra.-----

Foi dada a palavra a **Luís Filipe Tavares da Silva Pedro** que, em representação da bancada do PS, pediu o adiamento do assunto para poderem ser recolhidos novos documentos.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que, a proposta era para que o senhor Vice-presidente retirasse aquele ponto da Ordem de Trabalhos, para que todos os grupos municipais tenham acesso aos documentos que o membro José Sousa ali apresentou, para que, numa das próximas sessões da Assembleia Municipal, possam tomar as decisões em plena consciência e não de forma precipitada.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** voltou a fazer uso da palavra para dizer que, tendo em atenção o teor das intervenções, entendia que se encontravam reunidas as condições para apreciar aquele ponto de uma forma ponderada e com base em elementos que os membros da Assembleia Municipal reputam de essenciais para votarem em consciência, pelo que pediu ao senhor presidente da Assembleia Municipal para retirar aquele ponto ou não o pôr à votação, considerando ser mais correto.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** informou que aquele ponto seria retirado da ordem de trabalhos, mediante proposta do senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, para que, numa das próximas sessões da Assembleia Municipal, para que os vários grupos municipais e Câmara Municipal recolham elementos que permitam tomar uma posição devidamente analisada, sólida e que não traga problemas a ninguém.-----

**1.9 4ª Revisão Orçamental:** - Foi, pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, apresentada a 4ª Revisão Orçamental, e, aberto um período de intervenções.-----

Foi dada a palavra a **Paula Cristina Dias Coutinho**. Reiterando aquilo que tinha dito nas suas intervenções anteriores, disse verificar que as obras apresentadas não tinham sido executadas, havendo, portanto, uma falta de investimento, prova disso é a revisão orçamental em análise. Disse que, ano após ano, tem verificado uma diminuição da execução do orçamento, pois, no ano passado, o valor era de um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil euros e, este ano, o valor aumentou, sendo de um milhão, setecentos e cinquenta mil euros, o que representa uma diferença de quinhentos e seis mil euros.

Perguntou se iriam continuar a não executar o orçamento e a “desinvestir” no concelho, optando por uma gestão corrente? Enumerou as obras muito importantes que ficaram por executar: Centro Escolar de Sever do Vouga, tema já abordado na presente sessão; Requalificação das piscinas municipais, tema abordado pela sua colega e de extrema importância para o município, sobretudo para os utilizadores; Implementação de sistema de eficiência energética da iluminação pública, ou será que o executivo só vive para o show-off? Disse apoiar, e muito bem, a instalação de um posto de carregamento de veículos elétricos, mas que, ao mesmo tempo, diminuía a dotação na implementação de sistema de eficiência energética da iluminação pública; Reabilitação e requalificação do largo de São Mateus; Requalificação da frente ribeirinha da ribeira de pessegueiro; Zona de fruição ribeirinha de Couto de Baixo; Aumento da dotação na remodelação do Edifício sede do município. Questionou quais eram as prioridades do executivo, o conforto dentro do executivo ou o bem-estar da população?-----

Foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que disse ser fácil de perceber, olhando para o documento, que tudo aquilo que tinha dito não era só conversa e não era só oratória, era a dura realidade dos factos e dos números que constam dos documentos que são elaborados pela própria Câmara Municipal para serem apresentados à Assembleia Municipal. Disse ser perceptível no que diz respeito à baixa taxa de execução, parecendo só um jargão financeiro com a incapacidade em fazer obra, por parte do município, que tem a lista do que vai ser adiado e, ainda, a questão do custo dos transportes escolares. Afirmou que as revisões orçamentais eram, essencialmente, um instrumento de gestão, não da avaliação da política, por isso reservava o seu voto contra para as opções orçamentais e, neste ponto, iria abster-se, não porque as coisas estejam bem, ou estejam melhores, mas porque é responsabilidade da Câmara Municipal fazer essa gestão.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** interveio para dizer que os senhores deputados estavam a batalhar sempre na mesma tecla e que já tinha sido tudo falado e explicado. Explicou que não era por a Câmara Municipal não querer investir, mas foi devido ao facto de o Centro Escolar levar um milhão e quinhentos mil euros e a zona de fruição do Couto de Baixo são cento e tal mil euros, dizendo que aquelas obras não tinham sido executadas por motivos não diretamente imputáveis à Câmara Municipal, o que já tinha sido explicado. A outra, é por estarem a aguardar um parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, que pediu mais dois documentos, que tinham sido enviados naquela data, esperando que, muito em breve, se consiga arrancar com a obra. Disse ter entendido propor isso no orçamento, por uma boa gestão, e não para enganar ninguém. Relativamente às construções diversas, informou que os arruamentos e as obras complementares faziam parte da ARU, sendo que a primeira fase estava feita e as outras iriam ser submetidas a candidaturas. Quanto à iluminação pública, a eficiência energética e as instalações desportivas, e, ainda, a piscina, informou que iriam ser objeto de uma candidatura, porque se for possível ir buscar dinheiro através de candidaturas, e esperar meio ano ou um ano, irão fazê-lo, porque o dinheiro é dos contribuintes e quer saber gerir, como até aqui geriram, que é bem. Finalmente, os parques e jardins são da ARU, de maneira que está tudo em execução, isto para responder ao comentário de António Monteiro que disse não saber qual é a estratégia em relação às obras prioritárias, dizendo que, cada um só lê aquilo que quer, porque na informação escrita, está tudo. Disse, ainda, que a beneficiação do edifício anda há cerca de dez anos, ou mais, e apareceu uma janela de um financiamento de 50% a fundos comunitários, que entendia fazer parte do conceito de boa gestão, só por isso.-----

#### **Deliberação:**-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a 4ª Revisão Orçamental, correspondente à 13ª Modificação, com um reforço de € 136 000,00 (cento e trinta e seis mil euros) e anulações de € 1 886 000,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil euros) nas receitas e um reforço de € 74 000,00 (setenta e quatro mil

euros) e anulações de € 1 824 000,00 (um milhão, oitocentos e vinte e quatro mil euros) nas despesas.-----

Vinte e sete votos a favor: Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, António Portela, Beatriz Soares, Bruno Tavares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

#### -----Período destinado ao público-----

Foi dada a palavra a Luís Carneiro, que disse voltar à Assembleia Municipal por ser uma pessoa de palavra. Referiu que, em 2016, tinha estado presente numa Assembleia Municipal, para dar um esclarecimento que, na altura, se justificava, em relação ao atraso na abertura do espaço Bar da Praia que, nesse verão, não esteve em funcionamento, referindo que além de só ter assinado o contrato com a Câmara Municipal de Sever do Vouga em 19 de agosto de 2016, só conseguiu protocolar o contrato de parceria com o Mercearia Bar em 21 de janeiro de 2017. Informou que, na altura, tinha esclarecido que não houve hipótese de abrir o espaço Bar Praia porque, além de não existir uma parceria protocolada, tinha sido confrontado, juntamente com o seu parceiro Mercearia Bar, com uma situação dantesca, pois, o antigo inquilino tinha deixado o espaço num estado lastimável: a instalação elétrica danificada, fios cortados, portas arrancadas, pisos cheio de gordura, impossibilidade de acesso a certos locais porque faltavam as chaves, e muito mais. Afirmou que, nessa altura, devia ter dito que o antigo inquilino era a empresa Baila Louca, representada pelo senhor Cabral e pela sua esposa e, como não o fez, muitos dos presentes, interpretaram como inquilino a União das Freguesias de Cedrim e Paradela, na pessoa do senhor Sousa, o que não está correto, era apenas o concessionário, por isso, vinha novamente à Assembleia Municipal para esclarecer aquele equívoco. Referiu que o seu parceiro, o Mercearia Bar, representada pelo senhor Luís Pedro, que tanto repudiou a atitude do antigo inquilino Baila Louca, fez o mesmo ou ainda pior. Agradeceu a atenção dispensada e enumerou alguns nomes de pessoas de baixa estatura, mas que demonstraram ser grandes homens e mulheres noutras características. Disse que, por vezes, existem pessoas que nos fazem sair do sério, com as suas atitudes e falta de princípios e valores, mas que não ia descer ao seu nível, iria continuar a ser como sempre o tinham educaram a ser, defendendo Sever do Vouga, como assim o tinha feito, durante os últimos três dias, em reuniões da Adrimag, sobre o território Montanhas Mágicas. Terminou, dizendo que, quando os homens são baixinhos em estatura e também o são em valores e princípio, o mundo está perdido.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----